

MAIS UM ANO DE GRANDES CONQUISTAS

Relatório anual 2022



SICOOB
Coopacredi



EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Presidente

Celio Machado de Castro

Vice-Presidente

Gilberto Geraldo de Faria

Conselheiros de Administração

Danilce Francisca Neta

Eduardo Alves Caixeta

Fernando Vinício Vieira

Júlio Márcio Liberato da Silveira

Conselho Fiscal

Efetivo

Márcio Fernando França

Maria Marlene Moreira Claudino

Rubstein José de Carvalho

Suplentes

Cristiano Nunes de Paula

Raphael Porto Romão

Sueli Maria Costa

Diretoria Executiva

Diretor de Negócios

Givago José R. B. de Paiva

Diretor de Gestão de Riscos

Otávio Augusto Alves

Diretor Administrativo

Simeão Lopes Honório

Relatório Anual

Sicoob Coopacredi 2022

Edição e Revisão

Viviane Michelle Rodrigues

Superintendente de

Relações Institucionais

Produção, redação e diagramação

André Luiz Costa

(Jornalista responsável

MTB 17.234)





MENSAGEM DO PRESIDENTE

**Às queridas e queridos
senhoras e senhores cooperados(as),**

Em 2022 chegamos a 10 anos à frente desta instituição maravilhosa. Nosso ciclo tem sido de grandes vitórias para o Sicoob Coopacredi, através, é claro, do apoio de todos vocês - cooperados, parceiros, comunidades, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva, empregados e nossas famílias.

O Sicoob Coopacredi tem avançado muito nesse movimento transformador que é o cooperativismo, levando justiça financeira para as regiões onde possuímos agências, alcançando, através de um ousado plano de expansão, cada vez mais pessoas em prol do desenvolvimento econômico e social coletivo. Afinal, acreditamos na força da cooperação.

Nesse período de uma década de nossa administração, o Sicoob Coopacredi cresceu muito, se destacando hoje entre as maiores e melhores cooperativas financeiras de nossa área de atu-



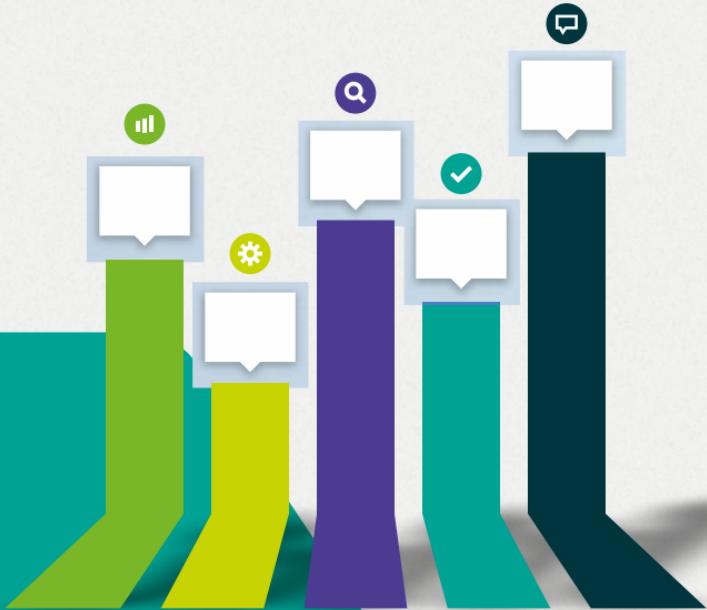
ação e dentro do Sistema Sicoob. Isso é demonstrado, por exemplo, ao alcançarmos a marca de R\$ 1 bilhão de recursos administrados (ativos) — graças à confiança depositada por nossos quase 20 mil cooperados, mais uma marca expressiva que estamos prestes a atingir. Essa credibilidade inclusive nos proporcionou a obtenção de uma cadeira de Conselheiro no Conselho do Sicoob Central Crediminas, cargo de grande importância no Sistema.

Neste relatório vocês poderão conferir todo o trabalho realizado em prol das comunidades e o ganho financeiro e social que o cooperado tem por movimentar com o Sicoob Coopacredi.

Celio Machado de Castro

Presidente do Conselho de Administração





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente



Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022

COOPERATIVA DE CRÉDITO COOPACREDI LTDA. - SICOOB COOPACREDI

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparéncia, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB COOPACREDI.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB COOPACREDI é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95,15% nos níveis de "AA" a "C".



5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um setor de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB COOPACREDI registrou o total de 15 (quinze) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Das reclamações, 6 (seis) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.



De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados Consolidados

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Resultados financeiros	43,95%	31.506.211,75	21.866.217,61
Patrimônio Líquido	29,02%	149.641.135,07	115.982.430,06
Ativos	29,39%	1.000.393.739,76	773.180.391,26
Depósitos na Centralização Financeira	(9,48%)	179.231.649,60	198.000.168,89

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	49,62%	19.211	12.840

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	49,90%	384.538.329,15	256.535.555,74
Carteira Comercial	40,46%	403.780.480,70	287.473.470,80
Total	44,91%	788.318.809,85	544.009.026,54

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 8,22% da carteira, no montante de R\$ 64.784.461,25.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	22,04%	138.767.371,70	113.707.433,29
Depósitos a prazo - RDC	(3,56%)	188.655.679,65	195.652.907,58
Depósitos a prazo - LCA	258,12%	78.743.557,67	21.988.336,47
Depósitos a prazo - LCI	0,00%	12.236.625,25	
Total	26,28%	418.433.234,27	331.348.677,27

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 27,73% da captação, no montante de R\$ 125.244.473,93.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	27,04%	136.193.873,44	107.208.322,82

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

PATROCÍNIO-MG

Celio Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração

Ótavio Augusto Alves
Diretor de Gestão de Riscos

Givago José Rodrigues Borges de Paiva
Diretor de Negócios

Simeão Lopes Honório
Diretor Administrativo



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		1.000.393.739,76	773.160.391,20
DISPONIBILIDADES	4	2.233.150,32	929.609,94
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		994.113.893,53	745.211.934,10
Títulos e Valores Mobiliários	5	22.801.702,13	-
Relações Interfinanceiras	4	179.231.649,60	198.000.168,89
Centralização Financeira		179.231.649,60	198.000.168,89
Operações de Crédito	6	788.318.809,85	544.009.026,54
Outros Ativos Financeiros	7	3.761.731,95	3.202.738,67
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(27.311.865,56)	(17.836.869,76)
(-) Operações de Crédito	6	(27.205.463,43)	(17.508.021,30)
(-) Outras	7.1	(106.402,13)	(328.848,46)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	394.407,35	517.549,14
OUTROS ATIVOS	9	655.073,86	987.868,05
INVESTIMENTOS	10	-	16.845.573,55
IMOBILIZADO DE USO	11	34.358.619,86	29.393.184,53
INTANGÍVEL	12	7.009,44	7.009,44
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(4.056.549,04)	(2.895.467,79)
TOTAL DO ATIVO		1.000.393.739,76	773.160.391,20
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.000.393.739,76	773.160.391,20
DEPÓSITOS	13	327.453.051,35	309.360.340,80
Depósitos à Vista		138.767.371,70	113.707.433,22
Depósitos a Prazo		188.685.679,65	195.652.907,58
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		509.750.942,15	332.877.241,21
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	90.980.182,92	21.988.336,47
Relações Interfinanceiras	15	213.187.870,16	180.784.162,79
Repasses Interfinanceiros		213.183.296,64	180.783.921,57
Outras Relações Interfinanceiras	16	4.573,52	241,22
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	168.735.644,12	108.068.836,81
Outros Passivos Financeiros	17	36.847.244,95	22.035.905,14
PROVISÕES	18	1.997.543,46	1.658.408,72
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	2.573.199,10	3.049.998,75
OUTROS PASSIVOS	20	8.977.868,63	10.232.871,66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	149.641.135,07	115.982.430,06
CAPITAL SOCIAL		60.442.037,82	50.379.233,09
RESERVAS DE SOBRAS		81.322.544,32	59.268.196,09
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.876.552,93	6.335.000,88
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.000.393.739,76	773.160.391,20

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Cooperativa de Crédito Coopacredi LTDA. - Sicoob Coopacredi
CNPJ: 65.229.254/0001-21

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS (Em Reais)

	Notas	2 ª Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Crédito	23	73.158.282,77	120.806.660,06	58.046.446,52
Ingressos de Depósitos Intercooperaítivos	4 (a)	60.027.999,71	100.071.117,95	50.100.922,77
		13.130.283,06	20.734.942,11	7.945.523,75
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	24	(41.470.491,63)	(70.509.036,53)	(25.264.681,13)
Operações de Captação no Mercado		(17.939.935,12)	(29.258.991,32)	(9.201.844,67)
Operações de Empréstimos e Repasses	15 c)	(15.117.868,55)	(25.149.874,98)	(9.677.194,45)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros				(25.277,21)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(8.412.687,96)	(16.100.170,23)	(6.360.364,80)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		31.687.791,14	50.297.023,53	32.781.765,39
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais		(8.974.755,17)	(17.420.773,75)	(9.254.829,15)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	4.300.179,92	7.602.077,85	10.272.372,27
Rendas de Tarifas	26	3.205.524,69	5.904.574,76	3.993.607,89
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(9.574.294,54)	(17.794.397,77)	(13.211.942,96)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(8.291.630,03)	(15.328.526,13)	(11.327.433,21)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29	(266.891,60)	(485.517,37)	(1.071.473,89)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	4.481.816,38	6.813.403,01	4.098.006,09
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(2.829.459,99)	(4.132.368,10)	(2.007.965,34)
PROVISÕES	32	(247.519,54)	(340.046,16)	1.595.430,66
Provisões/Reversões para Contingências		4.449,30	8.700,88	47.249,60
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(251.968,84)	(348.747,04)	1.548.181,06
RESULTADO OPERACIONAL		22.465.516,43	32.536.203,62	25.122.366,90
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33	3.790,50	(31.912,06)	(70.741,10)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		22.469.306,93	32.504.291,56	25.051.625,80
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	(945.315,75)	(1.621.223,92)	(2.358.143,40)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(573.307,38)	(991.336,08)	(1.357.467,12)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(372.008,37)	(629.887,84)	(1.000.676,28)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	20 (a.1)	(1.021.494,66)	(1.651.197,12)	(807.264,79)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES	21 (d)	20.502.496,52	29.231.870,52	21.886.217,61

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)

	Notas	2 ª Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		20.502.496,52	29.231.870,52	21.886.217,61
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	21 (d)	20.502.496,52	29.231.870,52	21.886.217,61
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020	44.248.631,03	(84.950,69)	44.905.435,08	4.695.328,89	93.764.444,31
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	4.044.141,97	-	-	(4.695.328,89)	(651.186,92)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	5.601.136,02	(69.414,56)	-	-	5.531.721,46
Por Devolução (-)	(3.338.233,33)	-	-	-	(3.338.233,33)
Estorno de Capital	(22.077,35)	-	-	-	(22.077,35)
Reversão/Realização de Fundos					
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	1.205.443,37	1.205.443,37
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	-	14.362.761,01	(14.362.761,01)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(1.025.911,50)	(1.025.911,50)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.367.987,59)	(1.367.987,59)
Saldos em 31/12/2021	50.533.598,34	(154.365,25)	59.268.196,09	6.335.000,88	115.982.430,06
Saldos em 31/12/2021	50.533.598,34	(154.365,25)	59.268.196,09	6.335.000,88	115.982.430,06
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	5.644.235,44	-	-	(6.335.000,88)	(690.765,44)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	7.612.610,78	(22.610,75)	-	-	7.590.000,03
Por Devolução (-)	(3.038.024,74)	-	-	-	(3.038.024,74)
Estorno de Capital	(133.406,00)	-	-	-	(133.406,00)
Reversão/Realização de Fundos					
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	2.274.341,23	2.274.341,23
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	-	22.054.348,23	(22.054.348,23)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(1.575.310,59)	(1.575.310,59)
Saldos em 31/12/2022	60.619.013,82	(176.976,00)	81.322.544,32	7.876.552,93	149.641.135,07
Saldos em 30/06/2022	57.770.669,20	(227.965,66)	59.268.196,09	8.729.374,00	125.540.273,63
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	5.192.630,51	50.989,66	-	-	5.243.620,17
Por Devolução (-)	(2.234.319,89)	-	-	-	(2.234.319,89)
Estorno de Capital	(109.966,00)	-	-	-	(109.966,00)
Reversão/Realização de Fundos					
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	20.502.496,52	20.502.496,52
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	-	22.054.348,23	(22.054.348,23)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(1.575.310,59)	(1.575.310,59)
Saldos em 31/12/2022	60.619.013,82	(176.976,00)	81.322.544,32	7.876.552,93	149.641.135,07

As Notas Explanativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em Reais)

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		22.469.306,93	32.504.291,56	25.051.625,80
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	30	(2.351.664,35)	(2.351.664,35)	(587.333,01)
Distribuição de Sobras e Dividendos	30	-	(692.972,17)	(421.587,27)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	24	8.412.687,96	16.100.170,23	6.360.364,80
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	32	251.968,84	348.747,04	(1.548.181,06)
Provisões/Reversões Não Operacionais	33	35.375,68	35.378,51	-
Provisões/Reversões para Contingências	32	(4.449,30)	(8.700,88)	(47.249,60)
Atualização de Depósitos em Garantia	30	(10.675,04)	(10.675,04)	(8.396,24)
Depreciações e Amortizações	28	804.943,70	1.513.346,89	1.260.561,21
Outros Ajustes		-	(195,00)	(175,00)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		29.607.494,42	47.437.726,79	30.059.629,63
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Relações Interfinanceiras		14.480,10	-	-
Operações de Crédito		(155.584.351,85)	(250.648.917,31)	(220.363.083,68)
Outros Ativos Financeiros		(230.262,37)	(834.358,67)	(2.145.331,63)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(227.568,71)	123.141,79	(486.462,31)
Outros Ativos		2.099.508,37	297.415,68	28.253,28
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		5.290.068,20	25.059.938,48	1.406.476,60
Depósitos a Prazo		21.579.831,90	(6.967.227,93)	65.333.849,63
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		7.169.646,03	68.991.846,45	7.722.609,08
Relações Interfinanceiras		32.505.746,36	32.403.707,37	86.317.516,89
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(8.413.457,94)	60.666.807,31	55.143.163,16
Outros Passivos Financeiros		36.294.811,74	14.811.339,81	5.601.233,04
Provisões		(14.082,79)	(911,42)	(110.326,07)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		305.625,26	250.177,13	249.862,74
Outros Passivos		(3.287.401,55)	(2.906.200,15)	2.783.590,72
FATES - Atos Cooperativos		(1.575.310,59)	(1.575.310,59)	(1.025.911,50)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	(1.367.987,59)
Imposto de Renda Pago		-	(1.346.624,42)	(517.796,95)
Contribuição Social Pago		-	(1.000.676,28)	(317.160,51)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(34.465.223,42)	(15.238.125,96)	28.312.124,53
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	13.335,52	3.256,16
Distribuição de Sobras da Central Recebidos			679.636,65	418.331,11
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		2.351.664,35	2.351.664,35	587.333,01
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.656.756,79)	(5.317.505,97)	(3.223.031,22)
Aquisição de Investimentos		(4.103.049,76)	(5.956.128,58)	(2.731.243,11)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(5.408.142,20)	(8.228.998,03)	(4.945.354,05)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		5.243.620,17	7.590.000,03	5.531.721,46
Devolução de Capital à Cooperados		(2.234.319,89)	(3.038.024,74)	(3.338.233,33)
Estorno de Capital		(109.966,00)	(133.406,00)	(22.077,35)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(690.765,44)	(651.186,92)
Reversão/Realização de Fundos		2.274.341,23	2.274.341,23	1.205.443,37
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		5.173.675,51	6.002.145,08	2.725.667,23
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(34.699.690,11)	(17.464.978,91)	26.092.437,71
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	216.164.490,03	198.929.778,83	172.837.341,12
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	181.464.799,92	181.464.799,92	198.929.778,83
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(34.699.690,11)	(17.464.978,91)	26.092.437,71

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**NOTAS
EXPLICATIVAS**

COOPERATIVA DE CRÉDITO COOPACREDI LTDA. - SICOOB COOPACREDI

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO COOPACREDI LTDA. - SICOOB COOPACREDI** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/10/1990 e em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 24 de abril de 1991, através do registro sob nº 65.229.254/0001-21 filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB COOPACREDI, sediado à **AVENIDA RUI BARBOSA, N° 163, CENTRO, PATROCÍNIO - MG**, possui 22 agências nas seguintes localidades: PATROCINIO - MG, GUIMARÃIA - MG, UBERLÂNDIA - MG, SERRA DO SALITRE - MG, SÃO JOAO DA SERRA NEGRA, DISTRITO DE PATROCINIO - MG, BREJO BONITO - DISTRITO DE CRUZEIRO DA FORTALEZA - MG, CATALÃO - GO, TUPACIGUARA - MG, CRISTALINA - GO, ITIUITABA - MG, GOIATUBA - GO, IPAMERI - GO, COROMANDEL - MG, PIRES DO RIO - GO, MONTE ALEGRE DE MINAS - MG, ITUMBIARA - GO, PRATA - MG, LUIS EDUARDO MAGALHÃES - BA, FORMOSA - GO, BARREIRAS - BA E AGÊNCIA DIGITAL.

O SICOOB COOPACREDI tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos cooperados;
- (ii) Formar educacionalmente seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.



2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional* – CMN, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional* – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa.

A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em 10/02/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.



Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidencia Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;
- ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
 - a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
 - b) mensurar os passivos:
 - b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
 - b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 40.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado

Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos cooperados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO COOPACREDI LTDA. - SICOOB COOPACREDI contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao cooperado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus cooperados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não cooperados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério *"pro rata temporis"*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die*".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não cooperados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não cooperados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não cooperado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB COOPACREDI opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	2.233.150,32	929.609,94
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a) - Nota 35.2 (a)	179.231.649,60	198.000.168,89
TOTAL	181.464.799,92	198.929.778,83

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	13.130.283,06	20.734.942,11	7.945.523,75

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	-	22.720.632,79	-	-
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito	-	81.069,34	-	-
TOTAL (a)(b)	-	22.801.702,13	-	-

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método da Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

(b) Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	156.765.942,93	126.549.900,16	283.315.843,09	110.120.670,20	95.292.431,45	205.413.101,65
Financiamentos	36.640.880,08	83.823.757,53	120.464.637,61	23.626.419,07	58.433.950,08	82.060.369,15
Financiamentos Rurais	256.169.040,17	128.369.288,98	384.538.329,15	156.720.445,01	99.815.110,73	256.535.555,74
Total de Operações de Crédito	449.575.863,18	338.742.946,67	788.318.809,85	290.467.534,28	253.541.492,26	544.009.026,54
Provisões para Operações de Crédito	(14.762.355,00)	(12.443.108,43)	(27.205.463,43)	(7.674.449,90)	(9.833.571,40)	(17.508.021,30)
TOTAL	434.813.508,18	326.299.838,24	761.113.346,42	282.793.084,38	243.707.920,86	526.501.005,24

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Finançamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	Normal	14.646.834,24	3.452.033,40	70.868.505,79	88.967.373,43	86.583.248,32	0
A	0,5% Normal	83.116.462,05	33.360.611,48	195.132.665,11	311.609.738,64	(1.558.048,85)	207.653.006,42
B	1% Vencidas	93.085.822,74	45.624.935,54	83.810.861,56	222.521.277,84	(2.225.212,95)	148.771.318,45
B	1% Vencidas	168.113,04	147.355,32	47.383,77	362.852,13	(3.628,69)	553.799,69
C	3% Normal	64.425.316,61	29.728.183,50	30.544.850,91	124.698.351,02	(3.740.950,70)	72.037.777,53
C	3% Vencidas	1.092.273,40	921.532,17	68.856,16	2.082.661,73	(62.480,02)	1.249.742,61
D	10% Normal	5.780.652,60	4.502.497,28	2.925.593,57	13.208.743,45	(1.320.874,52)	10.219.069,80
D	10% Vencidas	1.596.526,74	321.812,47	191.973,21	2.110.312,42	(211.031,41)	885.657,53
E	30% Normal	1.198.201,27	512.541,89	187.330,12	1.898.073,28	(569.422,15)	1.344.833,32
E	30% Vencidas	988.807,20	318.041,71	37.111,07	1.343.959,98	(403.188,16)	2.043.798,66
F	50% Normal	783.210,48	201.230,91	18.169,53	1.002.610,92	(501.305,63)	2.361.117,20
F	50% Vencidas	1.920.125,00	430.521,56	301.273,52	1.651.920,08	(1.325.960,21)	688.992,20
G	70% Normal	481.212,05	12.839,74	-	494.051,79	(345.536,42)	868.417,27
G	70% Vencidas	1.179.787,34	187.312,25	64.099,01	1.431.198,60	(1.001.839,18)	767.927,16
H	100% Normal	5.042.767,24	92.701,37	161.064,03	5.296.532,64	(5.296.532,64)	5.049.682,47
H	100% Vencidas	7.809.731,09	650.829,02	178.591,79	8.639.151,90	(8.639.151,90)	2.930.637,91
Total Normal		268.560.479,28	117.487.233,11	383.649.040,62	769.696.753,01	(15.588.183,86)	534.888.470,78
Total Vencidas		14.755.363,81	2.977.400,50	88.288,53	126.622.056,84	(11.647.279,57)	9.120.555,76
Total Geral		283.315.843,05	120.464.637,61	384.538.329,15	788.318.809,85	(27.205.463,43)	544.009.026,54
Provisão		30.074.327,36	(3.475.123,35)	(3.655.993,70)	(27.206.463,43)		(17.508.021,30)
Total Líquido		263.241.505,71	116.989.504,26	380.882.336,45	761.113.346,42		526.501.005,24

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	54.034.755,58	102.731.187,35	126.549.900,16	283.315.843,09
Financiamentos	9.324.376,46	27.316.503,62	83.823.757,53	120.464.637,61
Financiamentos Rurais	30.358.070,81	225.810.969,36	128.369.288,98	384.538.329,15
TOTAL	93.717.202,85	355.858.660,33	338.742.946,67	788.318.809,85

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/ TD	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	75.658.621,07	7.880.117,82		83.538.738,89
Setor Privado - Indústria	1.503.356,78	-		1.503.356,78
Setor Privado - Serviços	103.919.788,14	32.158.443,26	979.359,90	137.057.591,30
Pessoa Física	101.921.849,89	80.426.076,53	383.558.969,25	565.906.895,67
Outros	312.227,21	-		312.227,21
TOTAL	283.315.843,09	120.464.637,61	384.538.329,15	788.318.809,85
				100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial		15.590.944,90
Constituições/ Reversões no período	16.036.576,13	6.184.748,08
Transferência para prejuízo no período	(6.339.134,00)	(4.267.671,68)
Saldo Final	27.205.463,43	17.508.021,30

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	5.278.311,74	0,67%	5.374.189,08	0,99%
10 Maiores Devedores	36.709.686,14	4,68%	33.382.447,51	6,14%
50 Maiores Devedores	131.043.808,19	16,63%	104.158.983,82	19,17%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	7.991.315,09	5.617.939,19
Valor das operações recuperadas no período	6.636.487,36	4.753.167,88
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(2.367.806,82)	(351.307,18)
Valor das operações renegociadas no período	(1.420.251,87)	(2.013.239,83)
Valor das operações transferidas no período	(2.531,28)	(15.244,97)
Saldo Final	10.837.212,48	7.991.315,09

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	212.893,43	-	523.297,52	-
Rendas a Receber (b)	2.697.163,61	-	2.039.794,63	-
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	148.700,00	-	-	-
Títulos e Créditos a Receber (d)	193.901,44	-	96.636,69	-
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	509.073,47	-	543.009,83
TOTAL	3.252.658,48	509.073,47	2.659.728,84	543.009,83

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de cooperados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 76.039,80); Rendas de Cartões (R\$ 357.041,79); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 2.178.879,67); e outros (R\$ 85.202,35);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 193.901,44);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Cofins (R\$ 464.735,89); e outros (R\$ 44.337,58).

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(106.402,13)		(328.848,46)	-
TOTAL	(106.402,13)		(328.848,46)	-

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avalis e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA - Normal	-	148.700,00	148.700,00	-	-	-
E 30% Normal	86.564,43	86.564,43	(25.969,35)	83.245,71	(24.973,72)	
E 30% Vencidas	44.694,30	44.694,30	(13.408,31)	82.075,06	(24.622,53)	
F 50% Normal	15.273,33	15.273,33	(7.636,68)	15.301,38	(7.650,70)	
F 50% Vencidas	-	-	-	101.038,63	(50.519,33)	
G 70% Normal	11.094,31	11.094,31	(7.766,03)	25.004,69	(17.503,29)	
G 70% Vencidas	12.151,02	12.151,02	(8.505,72)	43.510,52	(30.457,36)	
H 100% Normal	2.518,73	2.518,73	(2.518,73)	33,12	(33,12)	
H 100% Vencidas	40.597,31	40.597,31	(40.597,31)	173.088,41	(173.088,41)	
Total Normal	115.450,80	148.700,00	264.150,80	(43.890,79)	123.584,90	(50.160,83)
Total Vencidos	97.442,63	97.442,63	(62.511,34)	399.712,62	(278.687,63)	
Total Geral	212.893,43	148.700,00	361.593,43	(106.402,13)	523.297,55	(328.848,46)
Provisões	(106.402,13)				(328.848,46)	
Total Líquido	106.491,30	148.700,00	255.191,30		194.449,06	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	394.407,35		517.549,14	-
TOTAL	394.407,35		517.549,14	-

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	60.899,43		93.418,93	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	27.057,18		277.578,76	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	166.348,63		252.008,82	-
Devedores Diversos – País (a)	34.316,39		55.552,67	-
Material em Estoque			1.101,60	-
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	35.375,68		201.475,20	-
J) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(35.375,68)		-	-
Despesas Antecipadas (d)	366.462,03		106.732,05	-
TOTAL	655.073,86		987.868,05	-

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 1.539,70); Seguros Contratados a Receber (R\$ 23.886,40); Plano de Saúde a Receber (R\$ 1.140,29); Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R\$ 4.000,00); e outros (R\$ 3.750,00);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com cooperados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	-	16.764.504,21
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (a)	-	81.069,34
TOTAL (a)	-	16.845.573,55

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		1.795.294,47	1.039.432,94
Terrenos		5.724.181,63	5.112.134,51
Edificações	4%	16.117.541,30	16.198.370,92
Instalações	10%	1.769.824,01	1.173.905,84
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.705.576,36	2.700.122,41
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.761.039,00	1.280.413,92
Sistema de Segurança	10%	814.364,89	658.823,74
Sistema de Transporte	20%	1.107.469,18	481.705,34
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		1.563.329,02	748.274,91
Total de Imobilizado de Uso		34.358.619,86	29.393.184,53
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso – Edificações		(1.289.395,89)	(647.927,01)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(509.599,69)	(445.989,31)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.884.860,47)	(1.474.952,17)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(240.743,95)	(242.050,77)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(127.747,28)	(81.748,61)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(4.052.347,28)	(2.892.667,87)
TOTAL		30.306.272,58	26.500.516,66

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser deprecadas.

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	20%	7.009,44	7.009,44
Intangível		7.009,44	7.009,44
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(4.201,76)	(2.799,92)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(4.201,76)	(2.799,92)
TOTAL		2.807,68	4.209,52

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	138.767.371,70	-	113.707.433,22	-
Depósito a Prazo (b)	188.115.198,61	570.481,04	195.652.907,58	-
TOTAL	326.882.570,31	570.481,04	309.360.340,80	-

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos cooperados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	36.060.587,10	7,98%	36.229.288,99	10,32%
10 Maiores Depositantes	92.208.397,91	20,41%	104.761.830,04	29,84%
50 Maiores Depositantes	172.196.914,30	38,12%	159.007.174,80	45,29%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(11.328.178,12)	(19.507.339,11)	(7.787.474,37)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(5.929.495,14)	(8.807.789,79)	(935.799,20)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(357.086,94)	(371.004,75)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(325.174,92)	(572.857,67)	(478.571,10)
TOTAL	(17.939.935,12)	(29.258.991,32)	(9.201.844,67)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário – LCI	12.236.625,25	-	-	-
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA	47.445.034,30	31.298.523,37	18.822.654,42	3.165.682,05
TOTAL	59.681.659,55	31.298.523,37	18.822.654,42	3.165.682,05

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos cooperados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos cooperados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	152.828.684,66	60.354.611,98	125.256.089,32	55.527.832,25
TOTAL	152.828.684,66	60.354.611,98	125.256.089,32	55.527.832,25

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 5,98% ao ano, com vencimento até 27/09/2032.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central (b.1)	65.224.862,77	-	-	-
Repasses do País - Instituições Oficiais (b.2)	71.464.142,02	32.046.639,31	97.430.535,48	10.638.301,33
TOTAL	136.689.004,81	32.046.639,31	97.430.535,48	10.638.301,33

(b.1) As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 105% do CDI.

(b.2) Corresponde a operações captadas junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, com taxa média de 7% a.a.

c) Despesas de Operações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(6.027.680,14)	(6.027.680,14)	(3.982.772,31)
Cooperativa Central	(4.701.241,55)	(4.701.241,55)	(736,12)
Outras Instituições	(4.388.946,86)	(14.420.953,29)	(5.693.686,02)
TOTAL	(15.117.868,55)	(25.149.874,98)	(9.677.194,45)

16. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Outras Relações Interfinanceiras Passivas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Correspondentes no País	4.573,52	-	241,22	-
TOTAL	4.573,52	-	241,22	-

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	36.515.305,44	-	21.593.042,36	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.422,73	-	14.538,11	-
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	330.516,78	-	428.324,67	-
TOTAL	36.847.244,95	-	22.035.905,14	-

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R\$ 52.476,02); Convênio Saneamento (R\$ 6.367,93); Telecomunicações (R\$ 568,75); Ordens de Pagamento (R\$ 36.455.087,10); e outros (R\$ 805,64);

(b) Em Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 245.471,03); Municipais (R\$ 79.789,11); e outros (R\$ 5.256,64).

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	589.585,31	867.836,61	266.153,86	842.521,02
Provisão Para Contingências (b)	-	540.121,54	-	549.733,84
TOTAL	589.585,31	1.407.958,15	266.153,86	1.392.254,86

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus cooperados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Coobrigações Prestadas	TOTAL	99.729.540,95	58.191.079,35

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
COFINS	464.735,89	464.735,89	447.798,21	447.798,21
Trabalhistas	60.000,00	44.337,59	41.565,81	41.565,81
Outras Contingências	15.385,66	-	60.369,82	53.645,81
TOTAL	540.121,54	509.073,47	549.733,84	543.009,83

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPACREDI, a Cooperativa não detém processos judiciais passivos classificados com risco de perda possível.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	1.621.233,92		2.347.300,70	
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	47.715,09		38.423,38	
Impostos e Contribuições sobre Salários	627.470,92		481.242,56	
Outros	276.789,17		182.132,17	
TOTAL	2.573.199,10		3.049.098,75	

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	5.689.150,15		6.113.128,75	
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	107.451,02		124.366,42	
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	2.664.856,22		2.519.030,44	
Credores Diversos – País (d)	516.411,24		1.476.346,07	
TOTAL	8.977.868,63		10.232.871,66	

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	1.497.675,45		859.404,22	
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	1.701.296,55		2.064.515,74	
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	2.490.178,15		3.189.208,79	
TOTAL	5.689.150,15		6.113.128,75	

(a.1) Consustanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras e gratificação por cumprimento de metas do Presidente do Conselho e da Diretoria;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os cooperados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.



(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 1.839.884,87); Custos de Transações Interfinanceiras (R\$ 27.885,51); Seguro Prestamista (R\$ 520.504,84); Despesas com Cartões (R\$ 85.160,63); e outros (R\$ 191.420,37);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 36,00); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R\$ 95.664,23); Saldos Credores - Encerramento C/C (R\$ 127,00); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 63.626,60); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 4.640,69); Pendências a Regularizar (R\$ 220.136,58); e outros (R\$ 132.180,14).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No ano de **2022**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 455.210,00** com recursos do Sicoob Cotas Partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	60.442.037,82	50.379.233,09
Cooperados	19.211	12.840

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2022 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma:

- 100% para os cooperados, no valor de R\$ 6.335.000,88;

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	29.231.870,52	21.886.217,11
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	-	(1.367.987,59)
(+) Absorção de FATES e Fundos Voluntários	2.274.341,23	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	31.506.211,75	20.518.230,02
Destinação para o Fundo de Reserva	(22.054.348,23)	(14.362.761,01)
Destinação para o FATES - atos cooperativos	(1.575.310,59)	(1.025.911,50)
Reversões de Fundos	-	1.205.443,37
Sobra à disposição da Assembleia Geral	7.876.552,93	6.335.000,88

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 - Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

A "Sobra líquida do Exercício 2022" no valor de R\$ 29.231.870,52, adicionada ao valor relativo à "Reversão de Despesas do FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social", igual a R\$ 2.274.341,23, compõem o "Resultado Financeiro do Exercício 2022" no valor de R\$ 31.506.211,75.

22. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não cooperados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	6.056.082,43	9.317.260,39
Despesas específicas de atos não cooperativos	(648.842,34)	(1.143.177,49)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.378.459,17)	(2.733.428,69)
Resultado operacional	4.028.780,92	5.440.654,21
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(31.912,06)	(70.741,10)
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	3.996.868,86	5.369.913,11
IRPJ/CSLL	(1.621.223,92)	(2.358.143,40)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(2.718.255,35)	(1.643.782,12)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(342.610,41)	1.367.987,59

23. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	166.256,07	393.054,31	303.831,45
Rendas de Empréstimos	30.506.632,86	51.518.872,20	26.234.562,60
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.633.469,76	2.772.085,45	1.663.043,85
Rendas de Financiamentos	9.821.566,07	16.978.986,59	7.436.886,38
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	4.808.855,67	9.780.165,82	4.158.734,41
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.692.732,05	4.325.594,48	4.611.283,21
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.178.404,67	3.376.729,61	2.037.825,23
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	3.481.624,28	3.626.707,67	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	2.486.189,05	3.560.207,23	1.245.793,46
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	40.056,71	74.872,68	39.529,10
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	3.192.212,52	3.663.841,91	2.369.433,08
TOTAL	60.027.999,71	100.071.117,95	50.100.922,77

24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(17.939.935,12)	(29.258.991,32)	(9.201.844,67)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(15.117.868,55)	(25.149.874,98)	(9.677.194,45)
Despesas De Obrigações Por Operações Vinculadas a Cessão			(25.277,21)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	8.769.881,51	13.486.571,17	10.232.660,57
Reversões de Provisões para Outros Créditos	690.116,35	730.550,03	390.666,19
Provisões para Operações de Crédito	(17.774.564,19)	(29.523.147,30)	(16.416.209,93)
Provisões para Outros Créditos	(98.121,63)	(794.144,13)	(567.481,63)
TOTAL	(41.470.491,63)	(70.509.036,53)	(25.264.681,13)

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	453.164,66	878.112,71	750.692,22
Rendas de Transferências de Fundos	-	-	8.402,76
Rendas de Convênios	120.024,32	233.007,82	214.963,43
Rendas de Comissão	2.746.091,26	4.668.694,04	8.145.775,47
Rendas de Credenciamento	-	2.298,86	7.258,96
Rendas de Cartões	813.850,14	1.395.349,71	1.055.385,07
Rendas de Outros Serviços	167.049,54	424.614,71	89.894,36
TOTAL	4.300.179,92	7.602.077,85	10.272.372,27

26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.229.268,59	2.214.833,34	1.346.316,17
Rendas de Serviços Prioritários - PF	244.184,55	446.354,80	342.432,44
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	240.652,00	537.935,20	596.371,70
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.491.419,55	2.705.451,42	1.708.487,58
TOTAL	3.205.524,69	5.904.574,76	3.993.607,89

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(77.000,00)	(151.000,00)	(86.934,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(746.242,62)	(1.470.412,15)	(1.267.159,70)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.757.346,63)	(3.152.849,84)	(2.136.484,00)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.867.495,04)	(3.495.575,48)	(2.636.633,13)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.026.466,12)	(9.335.348,69)	(6.934.576,31)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(14.607,31)	(32.667,28)	(48.250,24)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(85.136,82)	(156.544,33)	(99.905,58)
TOTAL	(9.574.294,54)	(17.794.397,77)	(13.211.942,96)



28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(149.713,03)	(347.403,25)	(353.931,97)
Despesas de Aluguel	(921.115,96)	(1.488.500,05)	(879.895,34)
Despesas de Comunicações	(242.995,33)	(512.269,02)	(503.435,61)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(476.435,14)	(862.274,92)	(611.014,20)
Despesas de Material	(168.255,42)	(277.032,77)	(284.612,71)
Despesas de Processamento de Dados	(868.938,33)	(1.545.136,23)	(1.185.328,92)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(167.565,22)	(292.390,07)	(159.263,18)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(86.580,78)	(167.936,55)	(97.158,68)
Despesas de Publicações	(2.800,00)	(6.550,00)	(3.030,00)
Despesas de Seguros	(73.386,71)	(151.931,32)	(66.722,32)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.047.374,66)	(1.886.577,89)	(1.272.547,45)
Despesas de Serviços de Terceiros	(941.234,71)	(1.876.596,75)	(1.327.741,49)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(328.009,34)	(654.578,48)	(506.287,66)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(249.771,38)	(464.806,66)	(366.949,96)
Despesas de Transporte	(176.922,76)	(366.413,23)	(316.356,18)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(75,00)	-
Despesas de Viagem no País	(240.124,70)	(451.691,75)	(346.449,48)
Despesas de Amortização	(700,92)	(1.596,84)	(1.576,84)
Despesas de Depreciação	(804.242,78)	(1.511.750,05)	(1.258.984,37)
Despesas de Rateio da Central	(541.579,69)	(971.957,72)	(926.509,34)
Despesas de Rateio do Sicoob Confederação	(133.208,40)	(254.547,40)	(193.591,02)
Outras Despesas Administrativas	(670.674,77)	(1.236.710,18)	(666.046,49)
TOTAL	(8.291.630,03)	(15.328.526,13)	(11.327.433,21)

29. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(61.948,66)	(123.589,86)	(93.962,23)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(156.314,54)	(272.013,79)	(470.139,47)
Despesas de Contribuição ao COFINS	-	-	(372.690,41)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(48.628,40)	(89.913,72)	(134.681,78)
TOTAL	(266.891,60)	(485.517,37)	(1.071.473,89)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	46.440,12	224.907,44	136.897,54
Imposto de Renda - Reversão de Provisões Operacionais	-	-	37.912,82
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	56.501,55	268.986,49	-
Dividendos	-	13.335,52	3.256,16
Distribuição de sobras da central	-	679.636,65	418.331,11
Atualização depósitos judiciais	10.675,04	10.675,04	8.396,24
Rendas de Repasses Interfinanceiros	763.009,46	1.058.937,63	1.409.490,41
Outras rendas operacionais	33.844,77	76.769,54	71.901,42
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.219.681,08	2.128.490,35	1.424.487,38
Juros ao Capital Recebidos da Central	2.351.664,35	2.351.664,35	587.333,01
TOTAL	4.481.816,38	6.813.403,01	4.098.006,09

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(28.679,01)	(61.146,76)	(33.395,08)
Outras Despesas Operacionais	(935.520,51)	(1.282.438,48)	(456.538,03)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(22.701,08)	(47.948,78)	(49.340,94)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(147.217,51)	(241.175,05)	(94.352,10)
Outras Contribuições Diversas	(7.173,50)	(31.051,79)	(76.326,42)
Contrib. ao Fundo do Ressarc. de Fraudes Externas	(33.174,64)	(131.250,93)	(69.747,57)
Perdas - Fraudes Externas		(262,23)	(6.876,30)
Perdas - Demandas Trabalhistas		(62.000,00)	-
Perdas - Práticas Inadequadas		(772,85)	(9.974,90)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI			(53,36)
Perdas - Falhas de Gerenciamento			(5.917,27)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	1.654.993,74	2.274.341,23	(1.205.443,37)
TOTAL	(2.829.459,99)	(4.132.388,10)	(2.007.965,34)

32. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	4.449,30	8.700,88	47.249,60
Provisões para Demandas Trabalhistas	(18.434,19)	(18.434,19)	(1.167,13)
Provisões para Contingências	(16.564,91)	(47.303,40)	(6.962,06)
Reversões de Provisões para Contingências	39.448,40	74.438,47	55.378,79
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(251.968,84)	(348.747,04)	1.548.181,06
Provisões para Garantias Prestadas	(801.511,55)	(1.320.962,11)	(769.384,68)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	549.542,73	972.215,07	2.317.565,74
TOTAL	(247.519,54)	(340.046,16)	1.595.430,66

33. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	17.527,94	17.527,94	-
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	77.378,93	80.859,68	54.598,58
Ganhos de Capital	24.556,34	26.921,67	2.475,15
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	0	21.000,00	-
Outras Rendas Não Operacionais			5.275,70
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(8.395,88)	(8.395,88)	0,00
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens		(815,56)	(12.825,79)
(-) Perdas de Capital	(70.748,43)	(105.451,82)	(115.480,26)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(35.375,68)	(56.375,68)	-
(-) Despesas de Outras Provisões Não Operacionais		(2,83)	-
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(1.152,72)	(7.179,78)	(4.784,48)
TOTAL	3.790,50	(31.912,06)	(70.741,10)

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.127.078,42	0,2173%	5.098,65
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	3.576.961,66	0,3654%	14.773,32
TOTAL	5.704.040,08	0,5828%	19.871,97
Montante das Operações Passivas	2.629.812,41	0,5109%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO A CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Empréstimos e Financiamentos	0,2161%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0111%
Crédito Rural (modalidades)	0,3957%
Aplicações Financeiras	0,5109%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	8.711,36	87,11	0,1509%
Financiamentos Rurais	2.920.477,79	13.685,94	0,7595%
Empréstimos	1.643.463,11	17.018,22	0,6220%
Financiamentos	521.560,13	4.172,63	0,4330%
Direitos Creditórios Descontados	28.372,19	-	0,3105%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	325.711,32	0,2351%	0%
Depósitos a Prazo	820.461,78	0,4348%	1,0620%
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	1.170.684,01	1,4867%	1,0336%
Letra de Crédito Imobiliário – LCI	10.148,96	0,0829%	1,0163%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	3,7200%	3,07
Empréstimos	1,1145%	35,80
Financiamentos	1,2921%	46,60
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,9998%	12,33
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%) CDI)	90,2923%	90,63
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,0025%	18,38
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1,0222%	12,33

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	10.203.416,91
Empréstimos	2.941.140,29
Financiamentos	1.499.343,30

g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	1.986.459,25	1.980.309,87

h) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(167.107,52)	(330.475,59)	(264.264,21)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(746.242,62)	(1.470.412,15)	(1.267.159,70)
F.G.T.S. Diretoria	(51.162,98)	(99.787,15)	(83.924,40)
Plano de Saúde	(158,06)	(1.054,94)	-

35.2 Cooperativa Central

O SICOOB COOPACREDI, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPACREDI responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 4	179.231.649,60	198.000.168,89
Ativo – Investimentos – Nota 10	-	16.764.504,21
Ativo – TVM – Nota 5 (a)	22.720.632,79	-
Total das Operações Ativas	201.952.282,39	214.764.673,10
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	65.224.862,77	-
Total de Operações Passivas	65.224.862,77	-

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperaivos - Nota 4 (a)	13.130.283,06	20.734.942,11	7.945.523,75
Total das Receitas	13.130.283,06	20.734.942,11	7.945.523,75
Rateio de Despesas da Central – Nota 28	(541.579,69)	(971.957,72)	(926.509,34)
Total das Despesas	(541.579,69)	(971.957,72)	(926.509,34)

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	136.193.873,44	107.208.322,82
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	770.741.765,52	543.723.075,29
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	17,67	19,72
Imobilizado para cálculo do limite	30.306.272,53	26.500.516,66
Índice de Imobilização (limite 50%) %	22,25	24,72



37. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(37.028,67)	(61.368,53)	(38.076,18)
TOTAL	(37.028,67)	(61.368,53)	(38.076,18)

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (*RWAopad*) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a

cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (Δ VE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (Δ NII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

38.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.



A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.



Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.



a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

PATROCÍNIO-MG

**CELIO MACHADO DE CASTRO
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**GIVAGO JOSÉ RODRIGUES BORGES DE PAIVA
DIRETOR DE NEGÓCIOS**

**OTÁVIO AUGUSTO ALVES
DIRETOR GESTÃO DE RISCOS**

**SIMEÃO LOPES HONÓRIO
DIRETOR ADMINISTRATIVO**

**RUBENS MIGUEL PEREIRA
CONTADOR - CRC/MG 091.409/O-6**



PARECER AUDITORIA INDEPENDENTE



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573 -3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi
Patrocínio/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. - Sicoob Coopacredi em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Building a better
working world

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-1SP300534/O-8



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Coopacredi Ltda. – Sicoob Coopacredi, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração, relativos a 31 de dezembro de 2022, com base no relatório da auditoria Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 17 de fevereiro de 2023, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes nas demonstrações financeiras examinadas, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Coopacredi.

Patrocínio (MG), 22 de fevereiro de 2023.

Márcio Fernando França
Conselheiro Fiscal – Coordenador

Maria Marlene Moreira Claudino
Conselheira Fiscal – Secretária

Rubstein José de Carvalho
Conselheiro Fiscal Efetivo



Quando um cooperado investe no Sicoob Coopacredi, está investindo em uma instituição que **devolve resultados para ele e benefícios para sua comunidade**. Somos uma cooperativa que pratica o **desenvolvimento sustentável**, contribuindo para a **qualidade de vida das pessoas** através de **ações, campanhas, patrocínios, projetos e apoio a iniciativas educacionais, culturais, esportivas e sociais**. Veja nas próximas páginas, como cooperados e não cooperados **saíram ganhando** com a atuação do **Sicoob Coopacredi em 2022**.

Balanço de **GANHOS SOCIAIS**



RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS
R\$ 17,1 milhões
R\$ 17.154.009,87

SERVIÇOS REGIONALIZADOS
R\$ 3 milhões
R\$ 3.019.572,33



GERAÇÃO DE EMPREGOS
R\$ 15,7 milhões
R\$ 15.722.869,83

Quantidade de empregos diretos
203 empregos

Quantidade de empregos indiretos
35 empregos



ECONOMIA COM TAXAS DE JUROS:

R\$ 62,4 milhões
R\$ 62.491.867,29

Taxa média anual dos bancos

29,41% a.a.

Taxa média anual do Sicoob Coopacredi

18,69% a.a.

Diferença de taxas
10,72% a.a.

Taxas do SFN (média do período)/Não constam os produtos Seguros e Previdência, devido à impossibilidade de obtenção das taxas médias de mercado.
Elaboração: Centro Cooperativo Sicoob (CCS) e Sicoob Coopacredi.



ECONOMIA COM TARIFAS

R\$ 5,5 milhões
R\$ 5.526.620,00



ECONOMIA DO PACOTE TARIFÁRIO

TARIFAS PF
TARIFAS PJ

VALOR MÉDIO
NO SFN

R\$ 33,25

R\$ 131,44

VALOR MÉDIO
NO SICOOB COOPACREDI

R\$ 26,24

R\$ 39,94

R\$ 1.024.614,00

R\$ 4.502.006,00

TOTAL

R\$ 5.526.620,00



Remuneração de
depósitos a prazo

R\$ 4,9 milhões

R\$ 4.968.654,00

Taxa média anual dos bancos

10,03% a.a.

Taxa média anual do Sicoob Coopacredi

12,01% a.a.

Retorno sobre PL
24,53%



de retorno anual sobre o Patrimônio
Líquido de dezembro de 2021.



Economia consórcios

R\$ 12.117,00

Economia adquirência

R\$ 651.690,00

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ 31.506.211,75





Investimento Social do Sicoob Coopacredi em 2022 nas suas cidades de atuação



Investimento Total: R\$ 2.609.846,15

**TOTAL DE
COOPERADOS
19.211**



R\$ 105,1 milhões

Ganho social através da movimentação financeira

R\$ 105.157.160,04



R\$ 143,6 milhões

Ganho social total

R\$ 143.663.458,22

Ganho considerando todo o investimento feito pelo Sicoob Coopacredi (recolhimento de tributos, serviços locais utilizados, geração de empregos e investimentos sociais).



Ganho social através da movimentação financeira
POR COOPERADO

R\$ 5.473,80

Ganho médio por cooperado considerando a movimentação financeira (depósitos, juros, tarifas, adquirência, consórcios e resultado financeiro).

Ganho social total
POR COOPERADO

R\$ 7.478,19



Ganho social médio por cooperado considerando tanto a movimentação financeira no Sicoob Coopacredi, quanto os demais investimentos feitos pela instituição nas comunidades (recolhimento de tributos, serviços locais utilizados, geração de empregos e investimentos sociais).

Fonte: Centro Cooperativo Sicoob,
Banco Central do Brasil, SipagNet,
RadarPag e Sicoob Coopacredi.

GRÁFICOS





Evolução

2012	
2013	14,22%
2014	8,59%
2015	10,65%
2016	12,38%
2017	8,03%
2018	11,04%
2019	14,22%
2020	28,88%
2021	53,72%
2022	49,62%

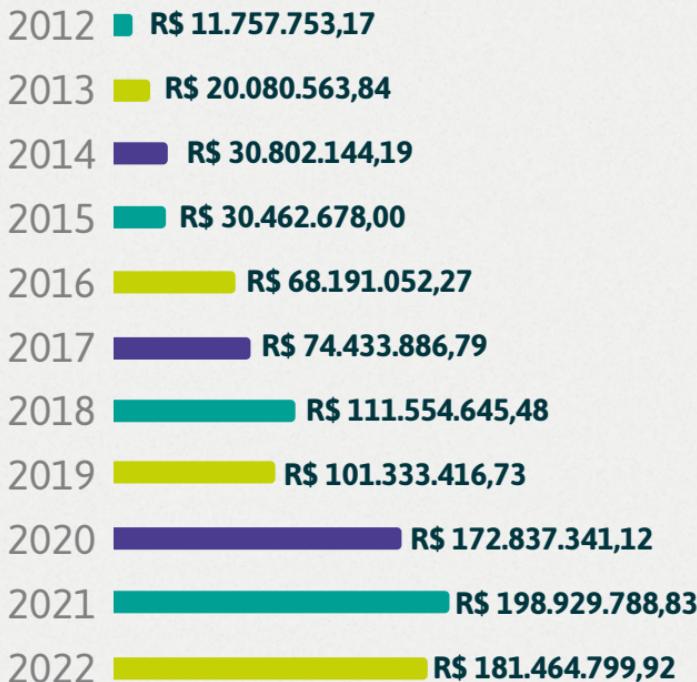
Evolução total no período

526,38%





R\$



Evolução

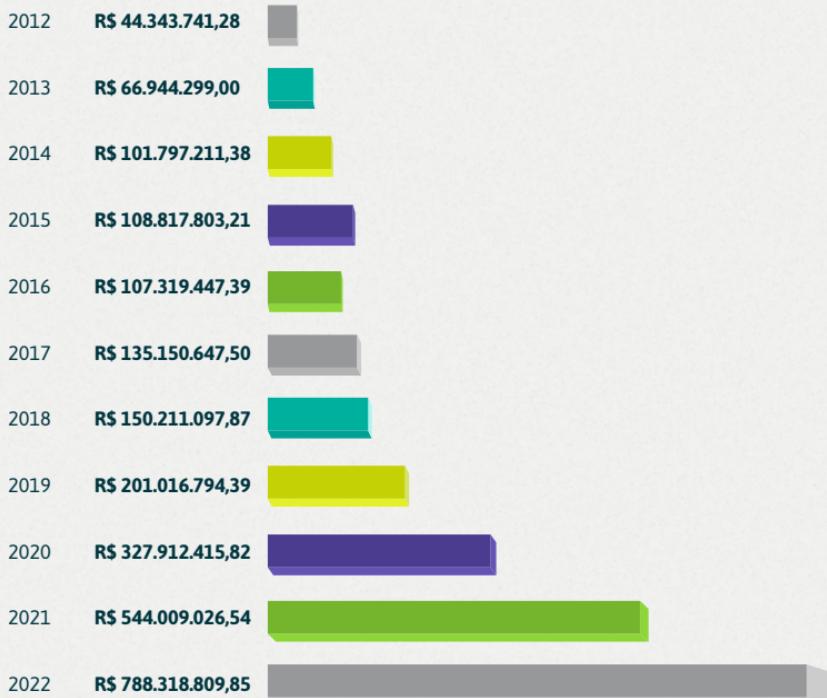
2012	
2013	70,79%
2014	53,39%
2015	-1,10%
2016	123,85%
2017	9,15%
2018	49,87%
2019	-9,16%
2020	70,56%
2021	15,10%
2022	-9,62%

Evolução total no período

1.543,36%



OPERAÇÕES DE CRÉDITO TOTAIS



Evolução

2012	
2013	50,97%
2014	52,06%
2015	6,90%
2016	-1,38%
2017	25,93%
2018	11,14%
2019	33,82%
2020	63,13%
2021	65,90%
2022	44,91%

Evolução total no período

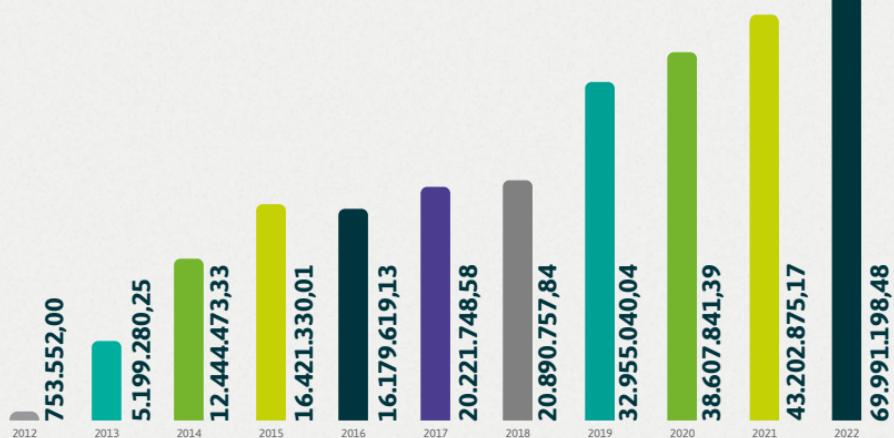
1.677,75%



OPERAÇÕES BNDES E FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste)



R\$



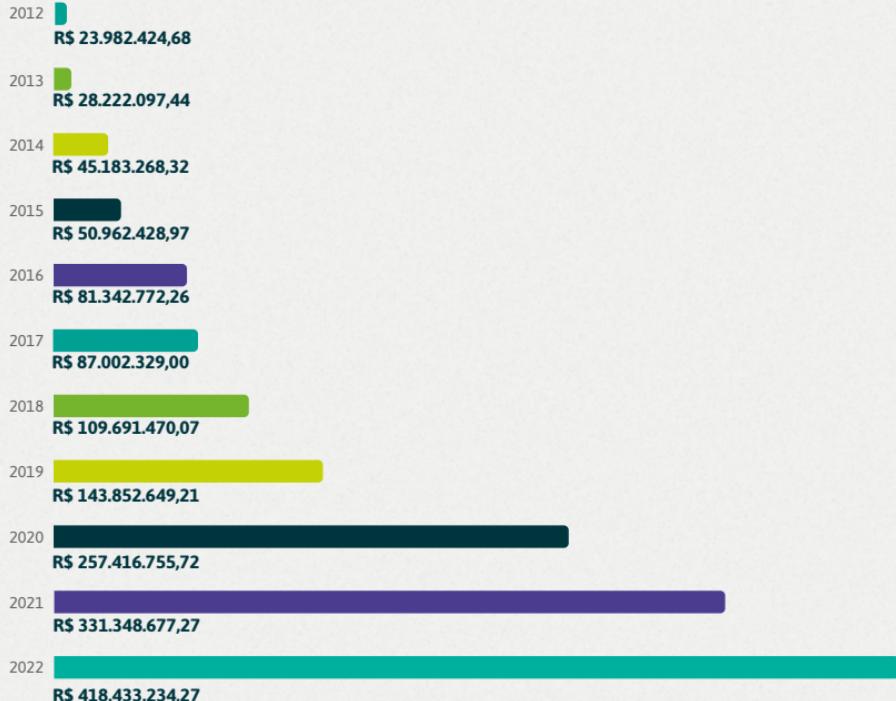
Evolução

2012	
2013	589,97%
2014	139,35%
2015	31,96%
2016	-1,47%
2017	24,98%
2018	3,31%
2019	57,75%
2020	17,15%
2021	11,90%
2022	62,01%

Evolução total no período

9.188,17%





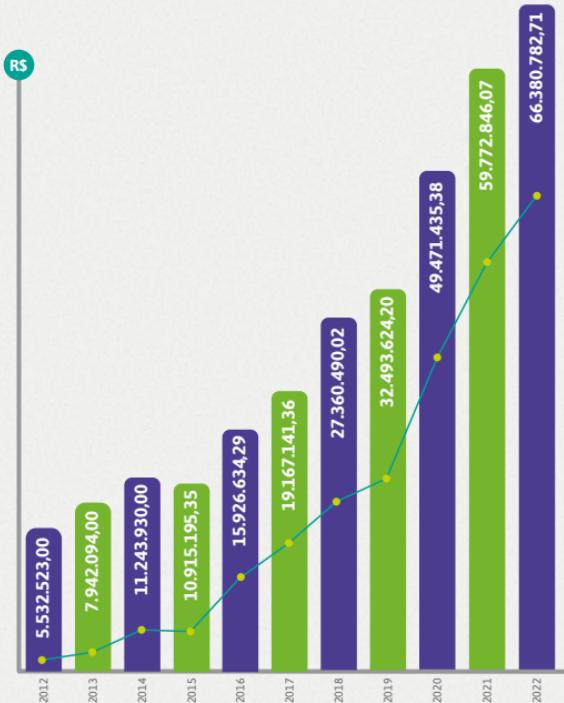
Evolução

2012	
2013	17,68%
2014	60,10%
2015	12,79%
2016	59,61%
2017	6,96%
2018	26,08%
2019	31,14%
2020	78,94%
2021	28,72%
2022	26,28%

Evolução total no período

1.644,75%





Evolução

2012	
2013	43,55%
2014	41,57%
2015	-2,92%
2016	45,91%
2017	20,35%
2018	42,75%
2019	18,76%
2020	52,25%
2021	20,82%
2022	11,06%

Evolução total no período

1.099,83%





2012	R\$ 63.157.988,00
2013	R\$ 90.321.123,99
2014	R\$ 137.575.486,39
2015	R\$ 151.200.904,18
2016	R\$ 186.865.059,11
2017	R\$ 219.087.369,71
2018	R\$ 273.293.749,51
2019	R\$ 322.639.674,11
2020	R\$ 525.759.409,59
2021	R\$ 773.160.391,20
2022	R\$ 1.000.393.739,76

Evolução

2012	
2013	43,01%
2014	52,32%
2015	9,90%
2016	23,59%
2017	17,24%
2018	24,74%
2019	18,06%
2020	62,96%
2021	47,06%
2022	29,39%

Evolução total no período

1.483,95%



Composição do PL

Capital Social

R\$ 60.442.037,82

Reservas de Lucros após destinação das sobras

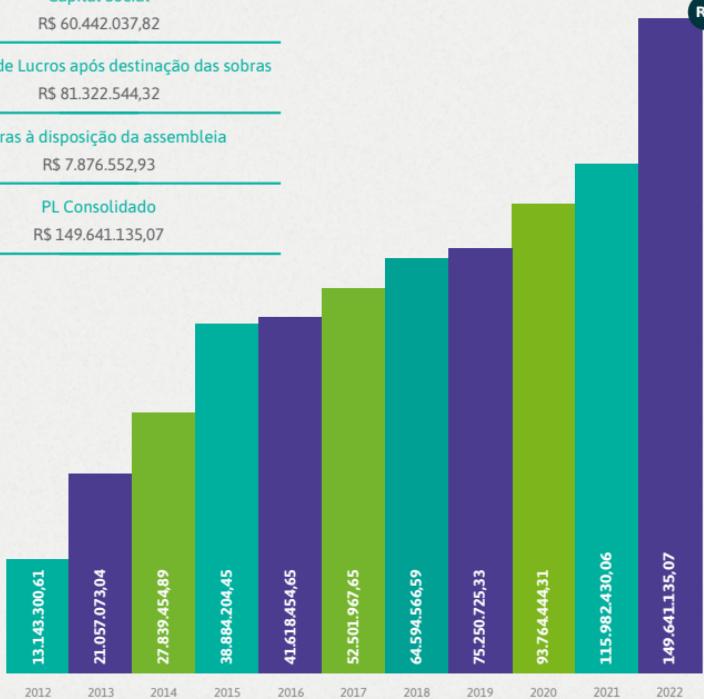
R\$ 81.322.544,32

Sobras à disposição da assembleia

R\$ 7.876.552,93

PL Consolidado

R\$ 149.641.135,07



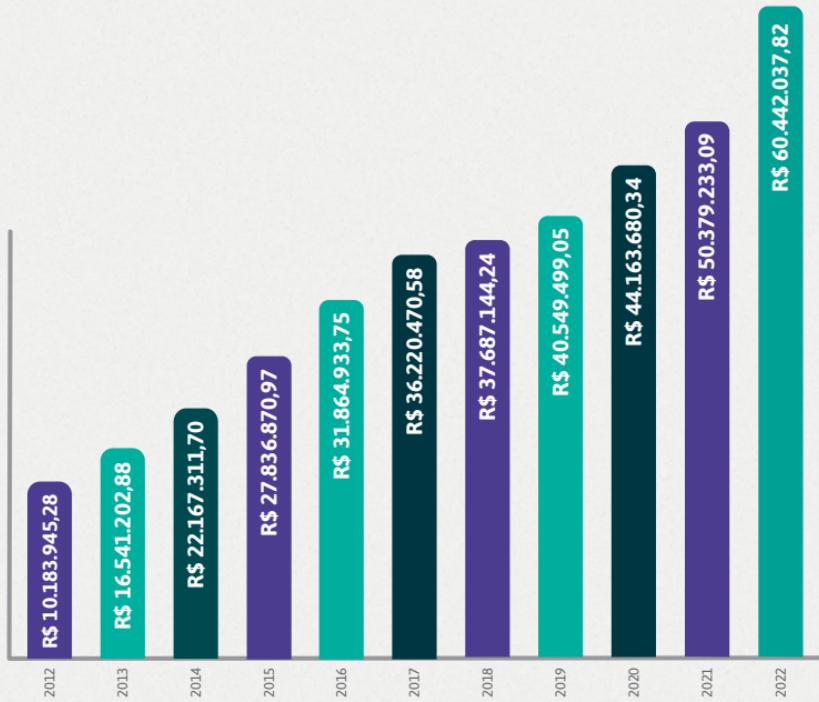
Evolução

2012	
2013	60,21%
2014	32,21%
2015	39,67%
2016	7,03%
2017	26,15%
2018	23,03%
2019	16,50%
2020	24,60%
2021	23,70%
2022	29,02%

Evolução total no período

1.038,54%





Evolução

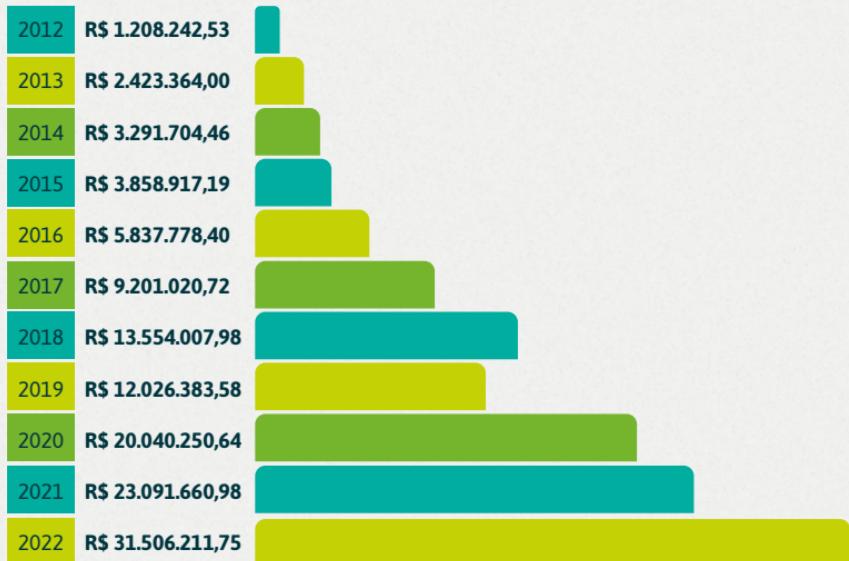
2012	
2013	62,42%
2014	34,01%
2015	25,58%
2016	14,47%
2017	13,67%
2018	4,05%
2019	7,60%
2020	8,91%
2021	14,07%
2022	19,97%

Evolução total no período

493,50%



RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2022



A "Sobra líquida do Exercício 2022" no valor de **R\$ 29.231.870,52**, adicionada ao valor relativo à "Reversão de Despesas do FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social", igual a **R\$ 2.274.341,23**, compõem o "Resultado Financeiro do Exercício 2022" no valor de **R\$ 31.506.211,75**.

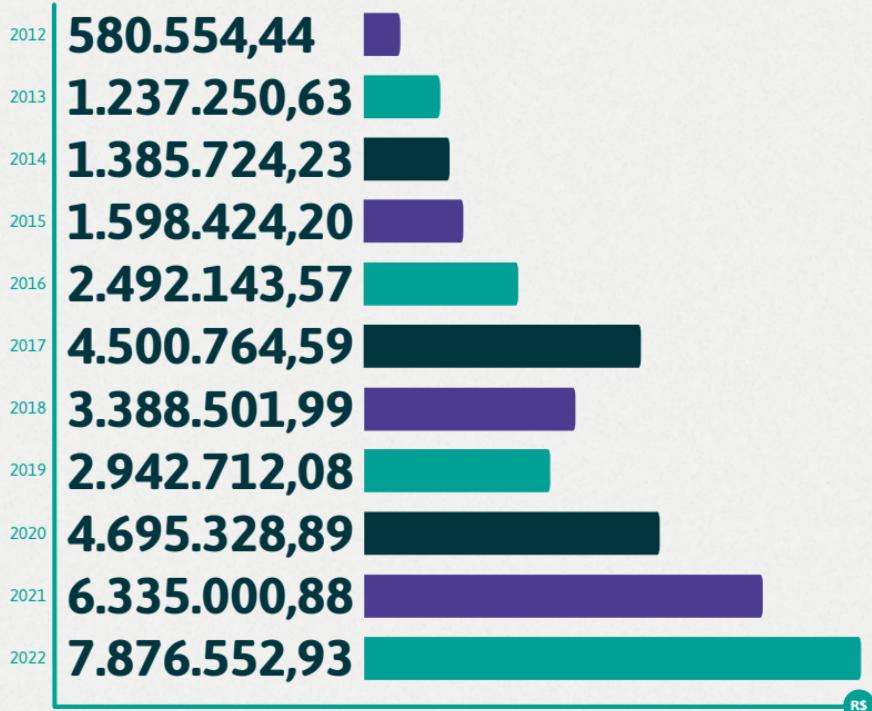
Evolução

2012	
2013	100,57%
2014	35,83%
2015	17,23%
2016	51,28%
2017	57,61%
2018	47,31%
2019	-11,27%
2020	66,64%
2021	15,23%
2022	36,44%

Evolução total no período

2.507,61%





Evolução

2012	
2013	113,12%
2014	12,00%
2015	15,35%
2016	55,91%
2017	80,60%
2018	-24,71%
2019	-13,16%
2020	59,56%
2021	34,92%
2022	24,33%

Evolução total no período

1.256,73%





HISTÓRICO DE 2022

Veja mês a mês como foi o ano do Sicoob Coopacredi num resumo de ações e acontecimentos.

2022

JANEIRO



POUPADORA PREMIADA



Começamos 2022 com a sorte sorrindo para a poupadora do Sicoob Coopacredi Adriana de Melo Silva. Ela ganhou R\$ 2 mil na promoção Poupança Premiada Sicoob.



PATROCÍNIO DA CAMPANHA DE NATAL DAS ACIP/CDL

O presidente Celio participou da entrega da premiação da campanha *O Melhor Natal da Região*, das ACIP/CDL. O Sicoob Coopacredi foi patrocinador master da promoção de 2021. Os presidentes Isabela Cunha (CDL) e Carlos Apolinário (ACIP) agradeceram a parceria de sempre.

2022

FEVEREIRO



CONTAS APROVADAS

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), realizada em fevereiro, na agência matriz, foi um sucesso. A participação dos cooperados, por prevenção à pandemia, foi on-line, pelo app MOOB. Participaram da assembleia, 168 cooperados e **todos os itens da pauta propostos pelo Conselho de Administração foram aprovados.**



**DIA DE CAMPO
EM COROMANDEL**

O Sicoob Coopacredi participou em fevereiro do Dia de Campo da Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária da AgroVet FCC, na Fazenda Experimental da faculdade. Foram abordadas as linhas de crédito rural e o apoio aos produtores cooperados.



**PARCERIA COM
A COOPRATA**

O Sicoob Coopacredi se reuniu com moradores das comunidades rurais de Prata/MG, através de uma parceria com a Cooprata (Cooperativa dos Produtores Rurais do Prata). Tal iniciativa, atendeu aos princípios do cooperativismo que, através da intercooperação, fortalece ainda mais o movimento como um todo. O Sicoob Coopacredi participou das pré-assembleias da entidade.



CELIO EM PORTUGAL



O Presidente Celio participou de importante treinamento de capacitação de dirigentes cooperativistas na **Católica Lisbon School of Business and Economics da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa**. O curso, de 07 a 11/02, fez parte do Coop Management Program, realizado pelo Sistema Ocemg, sendo a 7^a turma.



2022

MARÇO



CONSELHEIRO CREDIMINAS



Para orgulho do Sicoob Coopacredi, em 30/03 o **Presidente Celio Machado de Castro foi eleito conselheiro do Sicoob Central Crediminas**, uma cooperativa de segundo grau do Sistema Sicoob, responsável pela coordenação e centralização dos processos operacionais e de representação das suas cooperativas singulares filiadas (como é o caso do Sicoob Coopacredi). "Estar entre os nove conselheiros da Crediminas demonstra nossa credibilidade e a força do Sicoob Coopacredi dentro do sistema", comentou.



REUNIÃO EM COROMANDEL

Participamos em março de reunião da Associação de Moradores do Barreiro dos Limas, comunidade rural de Coromandel/MG, que é formada principalmente por pequenos produtores. Foi abordado sobre a instituição e sobre as linhas de crédito rural disponíveis, entre elas, para energia fotovoltaica.



SORTEIO DE BOLSAS

O tradicional sorteio das bolsas de estudo entre os cooperados da entidade realizado em março, após a AGO, contemplou 15 cooperados, sendo 10 com bolsas de ensino superior; e cinco cooperados, com bolsas de ensino médio/técnico.

2022

ABRIL



PSICOLOGIA EM VISITA

Recebemos a visita de quatro alunas do curso de Psicologia do Unicerp. Letícia Reis, Maria de Souza, Sirlene Queiroz e Tatiane Borges fizeram uma visita técnica como uma das etapas do Projeto Integrador I, atividade de extensão curricular.



PRODUTOR SUSTENTÁVEL EM COROMANDEL

O cooperado Eustáquio Gonçalves, do município de Coromandel/MG, instalou um sistema de energia solar que foi financiado pelo Sicoob Coopacredi. Ele investiu na grande economia da energia fotovoltaica e pensou também na sustentabilidade do planeta.



MEGA SALDÃO

Em abril, o Sicoob Coopacredi fechou mais uma parceria com as as ACIP/CDL, através do Núcleo de Materiais de Construção do Programa Empreender. O Mega Saldão ofereceu **condições especiais na compra e financiamento de materiais de construção**. Devido ao grande sucesso da ação, no segundo semestre foi realizada a segunda edição.



VISITA DA CREDICARPA

O Sicoob Coopacredi recebeu a visita do Sicoob Credicarpa, cooperativa de Carmo do Paranaíba/MG. O motivo da visita foi conhecer nosso funcionamento, em especial a Gestão de Pessoas, a Gerência Tática, a Gestão Executiva e a estrutura da concessão de crédito BNDES.



VISITA DA AGROCREDI

Outra visita com o objetivo de conhecer as instalações da agência matriz foi da Agrocredi. O prédio tem sido uma referência para as demais cooperativas do sistema, por sua beleza e modernidade. A comitiva conheceu o espaço físico e recebeu informações do funcionamento.





REINAUGURAÇÃO



A agência do **Sicoob Coopacredi de Coromandel** passou por **reforma** que deixou o prédio mais moderno, bonito e confortável. A reinauguração aconteceu no dia 2 de maio, em cerimônia dirigida pelo Presidente Celio Machado de Castro. "Os cooperados de Coromandel estão sempre ao nosso lado. Nada mais justo que reformar nossa agência e dar a eles ainda mais comodidade", disse. O Conselho de Administração fez ainda a entrega de um veículo zero quilômetro para uso da equipe da agência.





INTEGRAÇÃO RURAL

O ano de 2022 foi bastante produtivo no que se refere a encontros, visitas e eventos **com presença do Sicoob Coopacredi junto aos produtores rurais** dos municípios onde possuímos agências. O analista da Gestão do Quadro Social (GQS) Félix Vicente, gerentes e agentes de atendimento participaram de diversos

destes eventos, como por exemplo, de várias edições do Dia de Campo do Projeto Rural Sustentável (PRS – Cerrado) realizado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS). Na foto, o primeiro deles, o **Dia de Campo aconteceu no Sítio Nova Aliança, em Uberlândia, em maio**.

DEMAIS EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO DO SICOOB COOPACREDI

Maio/2022

- Fazendas Santo Expedito e Serra Branca, em Prata/MG
- Sítio Mangabeiras, em Uberlândia/MG

Junho/2022

- Fazenda do Sr. Wilson, em Prata/MG
- Visitas a três comunidades rurais do município de Patrocínio/MG, sendo Dourados, Córrego da Mata e Santo Antônio da Bocaina

Julho/2022

- Reunião da Associação das Famílias dos

Agricultores da Sub-Bacia do Ribeirão dos Patos e Arantes, em Gurinhatã/MG

- Sítio Duas Amigas, em Uberlândia/MG
- Fazenda Triângulo, em Prata/MG
- Sítio Recanto dos Ipês, em Uberlândia/MG

Agosto/2022

- Dia de Campo FIP “Paisagens Rurais”, na Fazenda Monte Líbano, em Ituiutaba/MG.

Setembro/2022

- Sítio Sete Irmãos Retiro da Cabaça e Sítio Nova Aliança, em Uberlândia/MG



PARCEIRO DO COMÉRCIO

O Sicoob Coopacredi recebeu dos Presidentes da ACIP Carlos Alberto Apolinário e da CDL Isabela Rezende Cunha o certificado de **“Cooperativa parceira do comércio de Patrocínio”**, um reconhecimento pelo apoio às ações das entidades e ao empresariado local, em especial, na campanha *O Melhor Natal da Região*. “Fazemos questão de fomentar estas ações, porque elas trazem benefício aos empreendedores ao fazer com que o dinheiro circule no município e nele se mantenha”, disse Celio.



REINAUGURAÇÃO DO SICOOB CREDIPINHO

O Presidente Celio participou em maio das inaugurações de agências do Sicoob Credipinho em Brasilândia de Minas/MG (2ª agência) e de São Romão/MG. Como Conselheiro, Celio representou o Sicoob Central Crediminas.



ENCONTRO EM MONTE ALEGRE

Na agência de Monte Alegre de Minas aconteceu o “Encontro com o Presidente”, quando Celio de Castro se reuniu com cooperados para celebrar a ampliação das instalações da agência local.



AGRADECIMENTO



O Presidente Celio de Castro esteve em maio em Brasília/DF, oportunidade em que levou ao **Presidente do Conselho Nacional do Café, o patrocinense Silas Brasileiro, uma placa em reconhecimento** ao trabalho em prol da cafeicultura nacional. Brasileiro se mostrou bastante lisonjeado com a homenagem.

A placa tem os seguintes dizeres:

AMIGO SILAS BRASILEIRO,

O Sicoob Coopacredi agradece imensamente todo o tempo e atenção dedicados à cafeicultura e à Região do Cerrado Mineiro. Reconhecemos e aplaudimos esse belo e histórico trabalho!

Seu apoio no crédito rural é essencial para que que possamos impactar um número cada vez maior de pessoas e de

uma forma cada vez mais significativa, além de promover a economia local. Que continuemos juntos a empoderar as atuais e futuras gerações da cafeicultura do nosso país

Patrocínio, 12 de Maio de 2022.

Celio Machado de Castro
Presidente do Conselho de Administração
Sicoob Coopacredi.



FEIRÃO DE VEÍCULOS



De 20 a 22/05 aconteceu com grande sucesso, no estacionamento do Supermercado Bernardão Morada Nova, em Patrocínio, o Feirão de Veículos do Sicoob Coopacredi, uma parceria com a Top Automóveis e Premier Veículos com condições diferenciadas. Em setembro, de 16 a 18/09, aconteceu o segundo feirão, também com excelentes negócios, no estacionamento do Supermercado Bernardão Belvedere, com parceria de Gabriel Veículos, Márcio Automóveis, Moisés Veículos, Toninho Automóveis e Top Automóveis.





CONVÊNIO COM A PM

O Sicoob Coopacredi assinou em maio novo convênio em apoio ao 46º BPM, passando a fazer **repasses mensais de R\$ 2 mil para a polícia** com o objetivo de **ajudar na manutenção de viaturas** para serem utilizadas na *Operação Safra Segura*, voltada para policiamento rural. O comandante, tenente coronel Sócrates, agradeceu ao Presidente Celio por mais esse apoio.



**REUNIÃO DA
UAR 06**

O Presidente Celio, que é Conselheiro do Sicoob Central Crediminas, conduziu em Unaí (MG), em maio, a última reunião da UAR 06. À época, Celio era o coordenador desta Unidade. Ele foi bastante celebrado, com todos agradecendo pelo excelente trabalho realizado à frente da UAR 06.



**PARTICIPAÇÃO NA
AGROTECNOLEITE**

O Sicoob Coopacredi participou, de 23/05 a 28/05, da 11ª Agrotecnoleite, realizada pela Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (Complem). Trata-se de uma das maiores feiras do agronegócio do Centro-Oeste, realizada em formato híbrido.

2022

JUNHO



EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O Sicoob Coopacredi realizou na E.M. Gato de Botas, em Coromandel/MG, um projeto de educação financeira, com a participação de cerca de 200 crianças. Houve aulas, peça de teatro e concurso de desenho.



AMIGO DA POLÍCIA



Celio Machado de Castro foi homenageado em junho, em Patos de Minas, durante a solenidade de comemoração do 25º aniversário da 10ª Região da Polícia Militar, à qual faz parte o 46º Batalhão de Patrocínio. Na ocasião, foram outorgadas as medalhas Alferes Tiradentes e Mérito Profissional. Celio recebeu o troféu AMIGO 10, numa forma de agradecimento pela atuação do Sicoob Coopacredi em prol da segurança pública na região.



ARRAIÁ DA COOPACREDI

Em junho aconteceu o Arraiá da Coopacredi, um dia de muita animação nas comunidades onde estamos. O objetivo foi o de **valorizar a tradição da festa junina**, com as equipes vestidas com trajes típicos para receberem com muito carinho os cooperados que puderam também saborear comidas tradicionais desta época do ano. **Todas as agências foram decoradas e ficaram muito alegres**, num verdadeiro clima de São João.

PATROCÍNIO



ARRAIÁ DA COOPACREDI



BREJO BONITO



CATALÃO



COROMANDEL

CRISTALINA



GOIATUBA



GUIMARÃE E SÃO JOÃO DA S. NEGRA

ARRAIÁ DA COOPACREDI



IPAMERI



ITUIUTABA



ITUMBIARA



MONTE ALEGRE DE MINAS



PIRES DO RIO



PRATA

ARRAIÁ DA COOPACREDI



SERRA DO SALITRE



TUPACIGUARA



UBERLÂNDIA



"Todos os anos programamos um dia para comemorar a festa junina junto com os nossos cooperados. É um momento de descontração e também uma forma de valorizar quem sempre está com a gente no dia a dia do Sicoob Coopacredi".

**CELIO
MACHADO
DE CASTRO**



DIA C FOI DE PORTAS ABERTAS

Em 2022 o projeto idealizado para o Dia de Cooperar foi chamado de Portas Abertas, que aconteceu em parceria com o Colégio Abc Anglo. Os alunos conheceram a agência matriz em Patrocínio e participaram de palestras sobre cooperativismo e aprenderem o que é educação financeira.



Foram quatro dias de visitas, com alunos das salas de 3º, 5º, 8º e 9º ano. No total, 145 estudantes visitaram o Sicoob Coopacredi acompanhados de 12 adultos. Na agência, eles foram conduzidos para o auditório, onde foram recepcionados pelo Presidente Celio.





RX PARA GUIMARÂNIA



Através de parceria público-privada, o **Sicoob Coopacredi fez a doação de R\$ 25 mil** para a aquisição pela Prefeitura de Guimaránia/MG de um **novo aparelho de Raio-X para a cidade**. O Presidente Celio participou em 24/06 da reinauguração da sala onde o equipamento foi instalado.



APOIO AO PROERD DE SERRA DO SALITRE



CABIDE DA SOLIDARIEDADE

Em junho, doamos uma bicicleta para estudantes participantes do Proerd da Polícia Militar de Serra do Salitre/MG. Na cerimônia de formatura dos alunos, representaram a entidade a Conselheira de Administração Danilce Francisca Neta e a Gerente da agência local Vânia Zanardi.

Ainda em junho, doamos 30 cobertores a duas entidades assistenciais de Uberlândia/MG, sendo 15 unidades para o Centro Espírita Jorge de Humildade e 15 unidades para a Pastoral Social Mão a Obra.



CELIO NA CREDIMINAS

O Presidente Celio Machado de Castro tomou posse em 30/06, como Conselheiro de Administração do Sicoob Central Crediminas. A solenidade aconteceu na sede da Central, em Belo Horizonte. O evento foi transmitido ao vivo pelo Zoom para todo o Sicoob Sistema Crediminas, tendo sido prestigiado por presidentes de cooperativas, autoridades cooperativistas e parceiros.



"Assumir cargo de tamanha responsabilidade é um desafio, mas estou pronto para colaborar com a Crediminas com minha experiência e conhecimento de mercado e do Sistema. Estou muito feliz com essa oportunidade", disse Celio de Castro.

2022

JULHO



6º FESTIVAL DE CULTURA E GASTRONOMIA

O Sicoob Coopacredi teve participação marcante no 6º Festival de Cultura e Gastronomia do Cerrado de Patrocínio, em julho, no Espaço Cultural, em Patrocínio, realizado pelas ACIP/CDL e co-realizado pelo Sebrae e Sindcomércio. **Fomos patrocinadores do evento e contamos com concorrido stand, divulgando em especial, as contas digitais.**





PRESIDENTE NA ESCÓCIA

O Sicoob Coopacredi foi representado pelo **Presidente Celio Machado de Castro** na **Conferência Mundial das Cooperativas de Crédito**, convidado pela organização do evento, o WOCCU – Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito.

A conferência aconteceu em Glasgow, na Escócia, em julho, com mais de 1.500 profissionais de cooperativas de crédito de todo o mundo. A comitiva brasileira teve mais de 300 pessoas, a segunda maior.

Celio participou da missão técnica do Sicoob Central Crediminas/Ocemg que teve o objetivo de buscar novas experiências e conhecimentos em prol do desenvolvimento das cooperativas brasileiras.





COOPSPORTES



No final de julho aconteceu em Uberlândia a etapa regional do Coopsportes, que **pelo terceiro ano contou com a participação do Sicoob Coopacredi**. Criado pelo Sistema Ocemg, conta com disputas de 13 modalidades esportivas, sendo que participamos de 10. **No tênis de mesa, 1º Lugar para Alexandre Kenedhy Alves da Costa, e na dama, 2º Lugar para Danilo Gomide Moisés**, que se classificaram para a etapa final realizada em BH.

PARTICIPAÇÃO E PATROCÍNIO DA ROTA DA FRUTICULTURA



O Sicoob Coopacredi participou em Cristalina/GO da Rota da Fruticultura RIDE-DF que faz parte das Rotas de Integração Nacional para promover a inovação, incentivar as cadeias produtivas e o crescimento econômico. Nós fomos um dos patrocinadores.



LETRINHAS FALANTES

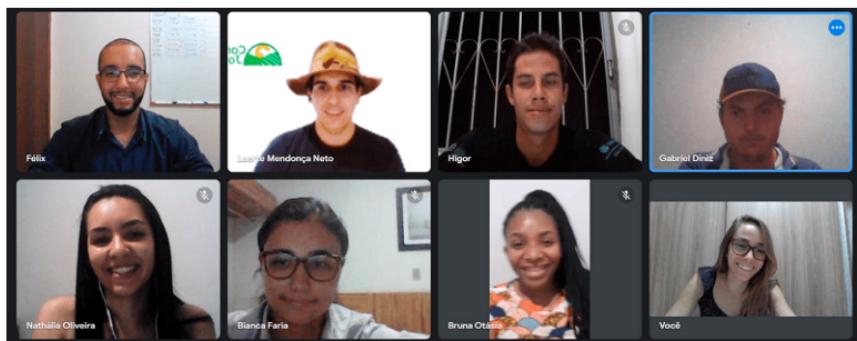
Mais uma vez fomos parceiros da Prefeitura de Guimaránia/MG no projeto "Letrinhas Falantes". Foi feita a doação de uma bicicleta para premiação da iniciativa realizada pela Secretaria Municipal de Educação.



PROJETO CAMPO JOVEM



O Presidente Celio foi convidado para um encontro no Sindicato Rural de Monte Alegre de Minas/MG, **quando foi apresentado a ele o projeto "Campo Jovem"**. O objetivo foi conhecer a atuação do projeto, seus integrantes e como a cooperativa poderia apoiar as atividades. Como resultado desta cooperação, **o Sicoob Coopacredi ministrou um Curso de Educação Financeira**, voltado para integrantes do Campo Jovem. A capacitação foi on-line.



2022

AGOSTO



HOMENAGEM



O Presidente **Celio Machado de Castro** foi homenageado pelo **Sicoob Central Crediminas** pelo grande trabalho como **Coordenador da Unidade Administrativa Regional 6**. Celio recebeu das mãos do Presidente da Crediminas João Batista

Bartoli de Noronha uma placa em que enaltece sua atuação à frente da UAR 6. Celio, que é Conselheiro da Crediminas, coordenou a unidade de junho de 2019 até meados de 2022. A UAR 6 possuía 12 cooperativas e, com seu grande empenho, houve a unificação das unidades 6 e 7, formando a UAR 5, integrada por 20 cooperativas do Sicoob, tendo Celio Machado de Castro como Coordenador.



VISITA DA CREDIVERDE

Recebemos na agência matriz, em Patrocínio, a visita de empregados do Sicoob Crediverde. O objetivo foi conhecer a área de parcerias de crédito automático, em especial, o fluxo do setor com o intuito de implantação destas parcerias também na instituição.

2022

SETEMBRO



UMA NOVA AGÊNCIA

O Sicoob Coopacredi inaugurou em setembro a **nova agência de Serra do Salitre/MG**, que passou a funcionar na Av. João Mariano, nº 1000, em local de mais fácil acesso e melhor estacionamento, além da arquitetura moderna, no novo padrão do Sicoob. Foi ainda inaugurado **um totem digital e entregue à equipe local um veículo** para atendimento aos cooperados na zona rural.



VISITA A BREJO BONITO



Mais uma visita. Na agência de Brejo Bonito estiveram empregados do Sicoob Credipinho, com vistas a adotar as mesmas boas práticas em uma agência de negócios da instituição que passaria a contar com o mesmo modelo de funcionamento.



PRESENCIAL E ON-LINE



Em setembro, nova inauguração, desta vez da **Agência de Negócios de Patrocínio e da Central de Relacionamento Conecta Sicoob Coopacredi**, que funcionam no prédio que sediava a cooperativa, na Av. Rui Barbosa, 299. O Presidente Celio de Castro celebrou a abertura de mais uma agência de negócios, cujo prédio foi **reformado para se adequar ao novo padrão do Sicoob**. Também exaltou a Conecta, uma **inovadora central unificada de atendimento remoto**.





ENCONTRO DE PRESIDENTES

Na Bahia, Celio de Castro participou do 1º Encontro de Presidentes Sicoob Central Crediminas, no mês de setembro. **O evento foi destinado exclusivamente aos presidentes das cooperativas mineiras que integram a Central**, sendo que o objetivo foi aproximar os participantes para tratar de pautas estratégicas para o sistema, como o papel na governança corporativa, ética, cooperação, parceria, modernização do marco regulatório do SNCC, estratégias sistêmicas, entre outros.



2022

OUTUBRO



DNA COOPACREDI



Em outubro, tivemos o **3º Encontro Regional DNA Coopacredi**. Foram três edições: **em Catalão/GO, no dia 27 de agosto; em Uberlândia/MG em 1º de outubro; e Patrocínio/MG em 22 de outubro**. O objetivo foi o de trabalhar o propósito do Sicoob Coopacredi e a essência do cooperativismo, com dias incríveis, de muito aprendizado e cooperação! Os temas-chave foram: **cooperativismo, integração, propósito, conexão, pertencimento e identidade**.



PATROCÍNIO

"Temos realizado esses encontros em nossas regionais com o objetivo de buscarmos uma interação maior entre a nossa equipe", diz o Presidente Celio, reforçando a grande importância da iniciativa para reconectar e alimenatr o DNA cooperativista nas equipes.

O evento contou com a presença de três palestrantes e foram realizadas várias atividades e dinâmicas que agradaram a todos os participantes, proporcionando momentos de descontração, aprendizado e união.



CATALÃO



UBERLÂNDIA



AÇÃO NO MÊS DAS CRIANÇAS

Dentro das atividades do Mês das Crianças, **doamos livros educativos e bolas para quase 500 crianças e adolescentes** em escolas e creches das zonas urbana e rural de **Patrocínio/MG** e **Serra do Salitre/MG**. "Investir na educação é uma das práticas que mais nos orgulham", diz o Presidente Celio.





POR MAIS SEGURANÇA

A doação de **30 mil reais** que fizemos à PM tem rendido frutos. Em outubro, no lançamento da Operação Presença Rural, foi feito o retorno simbólico de uma viatura Mitsubishi Pajero da frota Tático Móvel, **revitalizada através da parceria entre o Sicoob Coopacredi, Conselho de Segurança Pública Rural (CONSEP Rural) e Polícia Militar.**



SIPATR DA MONTESA

A convite da Montesa, empresa voltada para o segmento do agronegócio com sede em Serra do Salitre/MG, o Sicoob Coopacredi participou em outubro da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (SIPATR). Ministramos palestra e sorteamos brindes entre os participantes.



DOAÇÃO DE BIKE

O Dia das Crianças foi festivo em Serra do Salitre/MG! Doamos uma bicicleta ao Clube Recreativo Recanto da Serra. A Conselheira de Administração Danilce Francisca Neta e a Gerente da agência local Vânia Zanardi compareceram e fizeram a entrega da bicicleta.



NA AGRONOMIA DA UFU

O Sicoob Coopacredi participou em outubro da **IV Semana da Agronomia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)**, onde a cooperativa ministrou um mini curso, com quatro dias de duração, na UFU – Campus Glória com o tema Crédito Rural: do conceito à aplicação.



VISITA DE GERENTE DO BDMG

Recebemos na agência matriz, em Patrocínio, a visita do Gerente de Novas Parcerias do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), João Henrique de Almeida da Silva. O objetivo foi conhecer nossa estrutura e a equipe, estreitando a parceria principalmente com foco no Agro Repasse.



PALESTRA NA SNCT DO IFTM PATROCÍNIO

Fomos convidados pelo IFTM - Campus Patrocínio para participar da abertura da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) com a temática: *Bicentenário da Independência: 200 anos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil*. O Sicoob Coopacredi ministrou uma palestra de abertura, através da Agente de Gestão de Pessoas Duana Ferreira Cunha, que abordou a questão do perfil do profissional atual. A finalidade da SNCT é mobilizar jovens e adolescentes, em torno de temas e atividades de ciência e tecnologia.



DOAÇÃO PARA A PM DE GUIMARÂNIA

O Sicoob Coopacredi fez uma doação para a Polícia Militar de Guimarânia/MG de um **bloqueador de fuga**, também conhecido como **Cama de Faquir**, que possui um sistema de esvaziamento de pneus de veículos de criminosos. O objetivo é combater ações de bandidos, e, se necessário, danificar os pneus de seus carros, retirando por completo as condições de tráfego do veículo.

VISITA DO SICOOB CREDIPATOS



Recebemos a visita de uma comitiva do Sicoob Credipatos. O objetivo foi conhecer a Central de Relacionamento Conecta Coopacredi, que tem inspirado outras cooperativas do sistema. Eles também visitaram a agência matriz.

2022

NOVEMBRO



AGÊNCIA REMODELADA

A cidade de **Prata/MG** ganhou em novembro uma agência do **Sicoob Coopacredi remodelada**. Foi adotado o conceito padrão do Sicoob, com layout moderno e instalações que proporcionaram ainda mais conforto a cooperados, equipe local e visitantes.





ENCONTRO EM ARAXÁ

Foi realizado em novembro, no **Grande Hotel Araxá**, o **2º Encontro Estratégico Sicoob Coopacredi**, quando estiveram reunidas mais de 170 pessoas, entre conselheiros, diretores e empregados das 20 agências de 18 cidades. O objetivo foi abordar **questões do sistema cooperativista e valorizar a integração da equipe**, com palestras e uma inesquecível confraternização. **Este evento encerrou o ciclo dos encontros regionais DNA Coopacredi.**





ENERGIA DO BEM



Um sonho que se tornou realidade. Em novembro foi **inaugurada em Patrocínio a Usina de Energia Solar do Sicoob Coopacredi** para abastecer todas as agências de MG: Patrocínio, Guimarânia, Uberlândia, Serra do Salitre, São João da Serra Negra, Brejo Bonito, Coromandel, Monte Alegre, Ituiutaba, Prata e Tupaciguara.

A usina tem **474 placas e a capacidade de geração de energia de 256 kWp**. A geração média mensal é de 31 kWp. "Assim, cooperamos com energia limpa, barata e renovável que reduzirá custos para a cooperativa e ajudará na sustentabilidade", opina Celio Machado de Castro





TRATOR FINANCIADO



O Sicoob Coopacredi realizou em novembro a **entrega de um trator a um cooperado do município de Coromandel/MG**, adquirido por ele com recursos do BDMG. Márcio Henrique Sucupira é da região de Lagamar dos Coqueiros.



PALESTRAS EM PRATA

O Sicoob Coopacredi foi convidado pela Secretaria Municipal de Educação de Prata/MG, para participar de um projeto voltado para crianças, na faixa etária de 6 a 13 anos. Em novembro, o Analista da Gestão do Quadro Social (GQS) do Sicoob Coopacredi Félix Vicente ministrou palestras em três escolas.

Foram ministradas palestras sobre Educação Financeira beneficiando 860 alunos, nas seguintes escolas:

Escola Municipal Professora Alice Bittencourt de Lima, com participação de 488 alunos;

Escola Municipal Professora Alice Bittencourt de Lima - Anexo, para 168 alunos;

Escola Municipal da Vila Vicentina, para 204 alunos.

Todas as crianças ganharam um cofrinho do Sicoob Coopacredi.



2022

DEZEMBRO



AÇÃO CONTRA O CRIME

Doamos **mais um bloqueador de fuga**, desta vez para a PM de Coromandel, no mês de dezembro. O bloqueador tem 120 pinos de alta resistência que furam os pneus dos veículos dos criminosos **num investimento de cerca de R\$ 1.600,00**.



DOAÇÃO DE BICICLETA



PRESIDENTE VISITA COOPERADO

Mais uma bicicleta foi doada para o *Letrinhas Falantes*, projeto em que o Sicoob Coopacredi é patrocinador e parceiro, sendo voltado para o incentivo à leitura de alunos da faixa etária entre 10 e 11 anos em Guimarânia. Também foi doada uma bicicleta como premiação do projeto *Lacre Solidário*.

O Sicoob Coopacredi valoriza muito os produtores rurais. Um exemplo é a visita feita pelo Presidente Celio ao Sr. José Justino e família. Ele é cooperado desde maio de 2020 e junto da esposa Marlene e dos filhos trabalha na pecuária bovina leiteira, tendo na propriedade 140 cabeças de gado.



REUNIÃO DA UAR 05

Em dezembro foi realizada uma reunião, na agência Matriz, dos **diretores de Gestão de Risco da UAR 05, que é coordenada pelo Presidente Celio**. O encontro foi organizado pela Gerência de Riscos e Compliance (GERIC) do Sicoob Central Crediminas.



Como forma de agradecimento, o comandante do 46º BPM tenente-coronel Sócrates e a tenente Amanda estiveram na agência matriz para uma visita de cortesia e foram recebidos pelo Presidente Celio. O Sicoob Coopacredi tem sido um grande parceiro da PM.

Participamos em dezembro da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT, da Cooxupé, em Serra do Salitre/MG. Félix Vicente ministrou uma palestra no último dia do evento, abordando a questão da Educação Financeira. O tema da SIPAT foi A prevenção começa em casa.

O maior empreendimento financiado da história do Sicoob Coopacredi através do BNDES!

R\$9,7 MILHÕES



FUTURAS INSTALAÇÕES



O MAIOR DA HISTÓRIA

Cooperado obtém o maior financiamento do Sicoob Coopacredi via BNDES

O maior empreendimento da história do Sicoob Coopacredi financiado através do BNDES é de Guimarânia/MG! O Presidente **Celio Machado de Castro** esteve no local para celebrar junto ao cooperado **Edilson de Brito** o valor do expressivo financiamento, de **R\$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil reais)**.

Celio esteve na propriedade acompanhado da Gerente da Agência de Guimarânia Elaine Maria Caixeta, visitando o produtor Edilson, sua esposa Edina Aparecida Leviski de Brito e os filhos Fabrício e Fábio.

O recurso foi obtido por intermédio do **PCA - Programa para Construção e Ampliação de**

Armazéns do BNDES, voltado a produtores e cooperativas rurais para construção, ampliação, modernização ou reforma de armazéns.

O produtor, proprietário da Brito Agronegócio, fez o financiamento para um **armazém com capacidade de 6 mil toneladas de grãos**, porém já foi projetado com uma estrutura para futuramente fazer uma ampliação. A princípio, o cooperado irá armazenar a própria produção, mas ele tem a intenção de no futuro atender a produtores da região, ou seja, receber suas produções.

A armazenagem será de grãos de lavoura branca, como soja, milho, entre outros.



COOPERATIVA SOLIDÁRIA

O Sicoob Coopacredi realizou novamente sua tradicional Campanha de Natal em todas as cidades onde possuímos agências. Foram doadas 1.273 cestas básicas que somaram a impactante marca de **mais de 14 toneladas de alimentos!**

A entidade fez a doação de 880 cestas básicas e as 393 cestas restantes foram doadas por cooperados e empregados. **As entregas foram feitas na semana do Natal a instituições que fizeram a redistribuição às famílias.** “Cooperar é um ato de juntos enfrentar desafios para transformá-los em bem-estar econômico e social”, diz o Presidente Celio.



Cestas doadas por cidade

- Brejo Bonito/MG: 55
- Catalão/GO: 40
- Coromandel/MG: 75
- Cristalina/GO: 85
- Goiatuba/GO: 40
- Guimarânia/MG: 83
- Ipameri/GO: 85
- Ituiutaba/MG: 88
- Itumbiara/GO: 62
- Luís Eduardo Magalhães/BA: 71
- Monte Alegre/MG: 40
- Patrocínio/MG: 200
- Pires do Rio/GO: 48
- Prata/MG: 44
- São João da Serra Negra/MG: 92
- Serra do Salitre/MG: 76
- Tupaciguara/MG: 45
- Uberlândia/MG: 44



VEJA COMO FORAM AS DOAÇÕES DAS CESTAS



Em Patrocínio, as doações foram feitas à Vila Vicentina SSVP, Lar da Criança, Casa da Menina, Casa do Idoso Recanto São Vicente e Nossa Casa.



veja nas próximas páginas
as fotos das entregas em
todas as cidades.





Goiatuba - Igreja Batista Renovada



Goiatuba - Proj. Alegrar Casa de Apolo Elvira Netto



Guimaraes - APAE

Guimaraes - Sociedade São Vicente de Paulo



Guimaraes - Casa da Sopa



Ipameri - Igreja Católica



Ipameri - Rotaract



Ituiutaba - Casa de Maria NS das Graças



Ituiutaba - Casa dos Velhinhos Bezerra Menezes



Itumbiara - Estação Reciclagem



Itumbiara - Estação Reciclagem



Itumbiara - Lar dos Velhinhos Dr. Adolfo Bezerra de Menezes



Monte Alegre de Minas - Ass. dos Vol. de Combate ao Câncer



Monte Alegre de Minas - Campo Jovem



Monte Alegre de Minas - Pastoral da Solidariedade



Pires do Rio - Ass. de Prot. e Assist. à Infância APAI



Pires do Rio - Fundo Mun. de Assist.Social - FMAS



Pires do Rio - Fundo Mun. de Assist.Social - FMAS



Prata - Lar São Vicente de Paulo



Prata - Centro Dia APAE



São João da Serra Negra - Associação de São Vicente de Paulo



Serra do Salitre - Assistência Social



Serra do Salitre - Rotary



Serra do Salitre - Sociedade de São Vicente de Paulo



Tupaciguara - Pastoral da Solidariedade



Tupaciguara - Instituto Betel



Luis Eduardo Magalhães - Pastoral Familiar



Luis Eduardo Magalhães - Projeto Sementinha



Uberlândia - Amigos Solidários



Uberlândia - Instituto Mão à Obra



Total: 1.273 cestas

Total em toneladas: 14,25t

SICOOB
Coopacred

NOSSAS AGÊNCIAS



Patrocínio (MG) - Matriz

- 📍 Av. Rui Barbosa, 163 - Centro
- ☎ (34) 3839-9950 / (34) 99957-4329
- ✉ (34) 99805-4912

Patrocínio (MG) - Agência de Negócios

- 📍 Av. Rui Barbosa, 299 - Centro
- ✉ (34) 99952-2425

Central de Relacionamento

Conecta Sicoob Coopacredi

- 📞 (34) 3839-9950

✉ Atendimento por WhatsApp: [CLIQUE AQUI](#)

Agência Digital

- ✉ agenciadigital@sicoobcoopacredi.com.br
- ☎ (34) 9 9819-8917 / (34) 9 9835-5272
- ✉ (34) 9 9930-0613 / (34) 9 9717-1359

Brejo Bonito (MG)

- 📍 Av. Adão F. Camargos, 431, L03 - Centro
- ☎ (34) 3835-5357 / (34) 99951-3424
- ✉ (34) 99833-8640

Catalão (GO)

- 📍 Avenida Raulina Fonseca Paschoal, nº 1. 660, sala 01 e 02 - Centro
- ✉ (64) 99945-7396 / (64) 99910-6378

Coromandel (MG)

- 📍 Rua Egídio Machado, 773 - Centro
- ☎ (34) 3841-1936 / (34) 99938-9232
- ✉ (34) 99943-3474

Cristalina (GO)

- 📍 Rua Minas Gerais, Q 27, Lote 01, S/N, Loja 01 - Setor Centro
- ☎ (61) 99671-8444 / (61) 99875-4879

Formosa (GO)

- 📍 Av. Valeriano de Castro, 165 - Centro
- ☎ (34) 3841-2722 / (61) 99655-9338

Goiatuba (GO)

- 📍 Avenida Amazonas, nº 433 - A - Centro
- ✉ (64) 99613-0463 / (64) 99976-7772

Guimarânia (MG)

- 📍 Rua Guimarães, 324 - Centro
- ✉ (34) 3834-1515 / (34) 99902-0640

Ipameri (GO)

- 📍 Rua Coronel João Vaz, 1 -A - Centro
- ☎ (64) 99658-3663 / (64) 99671-1980

Ituiutaba (MG)

- 📍 Rua 28, nº 855 - Centro
- ☎ (34) 99262-8053 / (34) 99265-8626

Itumbiara (GO)

- 📍 Rua Rui de Almeida, 472 - Setor Central
- ☎ (64) 99950-4974 / (64) 99951-1567

Luis Eduardo Magalhães (BA)

- 📍 Rua Cleriston de Andrade, 643, sala 01, bairro Mimosa do Oeste.
- ☎ (77) 99920-0085 / (77) 99856-9004

Monte Alegre de Minas (MG)

- 📍 Av. Dezesseis de Setembro, 163 A - Centro
- ☎ (34) 99262-8350 / (34) 99260-0327

Pires do Rio (GO)

- 📍 Rua Rui Barbosa, 67 - Centro
- ☎ (64) 99973-3062 / (64) 99958-1584

Prata (MG)

- 📍 Rua Don Eduardo, 715, sala 07, Centro
- ☎ (34) 99706-4274 / (34) 99918-3077

São João da Serra Negra (MG)

- 📍 R. João Alves do Nascimento, 410 - Centro
- ☎ (34) 3836-5284 / (34) 99809-6338

Serra do Salitre (MG)

- 📍 Av João Mariano, 399 - Centro
- ☎ Telefone: (34) 3833-1251 / (34) 99928-1065

Tupaciguara (MG)

- 📍 Rua Bueno Brandão, 291 - Centro
- ☎ (34) 99260-0248 / (34) 99249-5020

Uberlândia (MG)

- 📍 Av. Cipriano Del Favero, 117 - Centro
- ☎ (34) 99168-0176 / (34) 99107-2718
- ☎ (34) 99249-3797



www.sicoobcoopacredi.com.br



[/coopacredi](#)



[/sicoobcoopacredi](#)



[/coopacredi](#)



[/sicoobcoopacredi](#)



Telefone: (34) 3839-9950

Atendimento por WhatsApp: [CLIQUE AQUI](#)

Horário de Atendimento: **Seg/Sex - 09:00 às 17:00**

Central de Atendimento
Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111
Demais localidades: 0800 642 0000

SAC 24h
0800 724 4420

Ouvidoria Sicoob
Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 725 0996
www.ouvidoriasicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala
Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458

Demais serviços de atendimento
sicoob.com.br